

# PAC MANGUINHOS

*um relato fotográfico*

**Organizadoras:**

Fatima Pivetta | Lenira Zancan | Gleide Guimarães

2008-2010

# PAC MANGUINHOS

*um relato fotográfico*

**Organizadoras:**

Fatima Pivetta | Lenira Zancan | Gleide Guimarães

2008-2010

**Ministro da Saúde**

Alexandre Padilha

**Presidente da Fundação Oswaldo Cruz**

Paulo Ernani Gadelha Vieira

**Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca**

Antonio Ivo de Carvalho

**Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**

Isabel Brasil Pereira

**Pesquisa e Concepção**

Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM/FIOCRUZ

**Organizadoras**

Fatima Pivetta – CESTE/ENSP

Lenira Zancan – DCS/ENSP

Gleide Guimarães – LTM

**Equipe**

Anastácia Ferreira dos Santos – LTM

Consuelo Guimarães Mateus Nascimento – LTM

Fabiana Melo Sousa – LTM

Ludmila Cardoso – LTM

Marisa Gomes de Almeida – CESTE/ENSP

Marize Cunha – DSSA/ENSP

**Revisão Técnica**

Marcelo Firpo Porto – CESTE/ENSP

Claudia Trindade

**Copidesque**

Sergio Lamarão

**Projeto gráfico, tratamento digital de imagens e editoração eletrônica**

Tatiana Lassance Proença

P475 Pivetta, Fatima (Org.)  
PAC Manguinhos: um relato fotográfico 2008-2010. /  
organizado por Fatima Pivetta, Lenira Zancan e Gleide  
Guimarães. – Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 2012.  
146 p., il. color  
ISBN: 978-85-88026-64-3

1. Políticas Públicas. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Promoção  
da Saúde. 4. Participação Comunitária I. Zancan, Lenira (Org.).  
II. Guimarães, Gleide (Org.). III. Título.

CDD – 613

# AGRADECIMENTOS

Construir compartilhadamente um conhecimento é estar aberto ao inacabado, porque inacabado é o processo de conhecer e interpretar as dinâmicas e relações sociais dos lugares que vivemos e trabalhamos.

Foi com o saber de muitos que estruturamos esse trabalho sobre o PAC Manguinhos. Pessoas que ampliaram nosso circuito de trocas, deslocando muitas vezes nosso olhar.

Ao finalizarmos o trabalho e contemplarmos o conjunto da obra, vem o desejo de agradecer a todos que conosco colaboraram.

A todos os moradores de Manguinhos que ao longo desta publicação dialogaram conosco.

A Dona Sandra Leôncio, Dona Jane Maria da Silva Camilo, Seu Cosme Lopes Gonçalves dos Santos, da Associação de Moradores do Nelson Mandela, Seu Geraldo, da Associação de Moradores do Samora Machel, Paulo Roberto Lopes dos Santos, Priscila da Silva Ferreira dos Santos, Rogério Lima da Silva da Associação de Moradores do Parque João Goulart, André Luiz da Silva Lima, Dona Geralda da Paz, Fernanda Cristina Passos, Maria da Glória Clemente, moradores que nos conduziram pelas ruas, becos e vielas em que moram, nossa imensa gratidão por terem gentilmente aberto a porta de suas casas, disponibilizado seus tempos, seus conhecimentos da vida do lugar e suas histórias.

Aos colegas da FIOCRUZ que apoiaram este trabalho complementando acervos, conhecimentos e informações.

As belas fotografias de Álvaro Matida dos anos 1980, e as de Virginia Damas e André Az. As imagens do cotidiano de trabalho no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias, disponibilizadas por Celina Boga.

A Elyne Engstrom, Mirna Teixeira e Luciana Alves, que fizeram a revisão dos dados de saúde. A Mayalu Matos, pelas fotos de atividades do Fórum Social de Manguinhos. Ao Wagner de Oliveira CCS/FIOCRUZ que viabilizou muitas imagens do acervo da FIOCRUZ.

A Celina Boga, Álvaro Matida, Karen Griffin e Tizuko Shirawa, que contribuíram com suas experiências de pesquisa e ação em Manguinhos para a leitura do processo de mudanças em curso.

Ao Filipe Leonel Vargas, Virgínia Damas, Ana Furniel e Rosane Mendes, da CCI/ENSP, pelo apoio e incentivo à divulgação dos nossos trabalhos.

Aos participantes do projeto “Memórias do PAC”, da ONG Observatório de Favelas, Monique Carvalho, Alberto Aleixo de Souza, Anastácia dos Santos, Jefferson Lemos e Renato Rosa, que refletiram conosco sobre os desafios metodológicos de trabalhar com a fotografia.

Aos nossos alunos e alunas do PROVOC DLIS, em particular a Sara Barbosa Alves de Lima, pela sua dedicação na seleção de fotografias.

A Elizabeth Campos, que disponibilizou imagens do acervo da Casa Viva-Rede CCAP, e ao Diego Ignácio, pelo apoio ao trabalho de campo.

Aos diretores Antônio Ivo de Carvalho, da ENSP, e André Malhão e Isabel Brasil, da EPSJV, pelo apoio carinhoso e incentivo constante ao nosso trabalho.

# SUMÁRIO

- 7 PREFÁCIO
- 11 O RELATO FOTOGRÁFICO: um trabalho em co-laboração
- 22 PAC MANGUINHOS NO TEMPO
- 25 OS ATORES SOCIAIS EM CENA
- 45 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
  - 1º DSUP: da defesa nacional aos espaços de cidadania?
  - Elevação da Via Férrea
  - Embratel: da empresa à moradia ou desindustrialização da região
  - Vias Secundárias: acesso e mobilidade?
- 69 O PAC E SEUS IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS PESSOAS
  - Morar em Manguinhos
  - Saneamento, Pavimentação e Calçamento
  - Educação, Cultura, Esporte e Lazer
  - Trabalho e Renda
  - A saúde no e do Território
- 140 INTERROGANDO O FUTURO
- 145 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O estudo sobre a dinâmica e realidade social presentes em um espaço segregado é de fundamental importância para os seus atores. O registro de suas lutas cotidianas e as táticas utilizadas nesses processos auxiliam sobremaneira as lutas futuras e servem de legado às futuras lideranças, que certamente serão forjadas nesses espaços/territórios, a conhecerem os processos de organização desenvolvidos pela comunidade ao longo de sua existência. Um bom exemplo foram as recentes ações e mobilizações demandadas pelo PAC no Complexo de Manguinhos e seus impactos sobre as comunidades atendidas, cujo registro deve servir de ferramenta para potencializar as ações futuras e servir para a compreensão do papel dos diferentes atores envolvidos.

Os impactos causados pelos projetos do PAC em Manguinhos nos servem como exemplo para destacar a importância do registro como instrumento não exclusivamente para a memória, mas também para identificar como age o Estado numa sociedade dividida em classes. Servem, igualmente, para tornar evidentes os interesses econômicos e políticos por trás de um empreendimento tão amplo e que envolve áreas como saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, habitação e lazer.

Em síntese, podemos apontar os seguintes elementos no desenvolvimento do PAC no Complexo de Manguinhos: a relativa distância entre o anunciado pelas autoridades e o realizado; a supremacia dos interesses das empreiteiras em prejuízo dos da comunidade; a duvidosa qualidade das obras de habitação e de saneamento básico; o déficit habitacional e a desterritorialização de moradores (o destino de muitos é desconhecido); a cooptação de lideranças; e o engessamento do movimento social orquestrado por agentes empresariais e governamentais. Tudo isso deixa claro o resquício conservador das políticas de inclusão em nosso país.

Nesse contexto, os membros da Comissão de Moradores de Vila Turismo estão navegando, porém devagar e calmamente. Em Vila Turismo, o projeto do PAC prevê a abertura de vias e a remoção de centenas de famílias. Certamente, por não termos nos inebriado pela propaganda oficial do PAC, tenhamos nos calçado desde

o primeiro momento, mobilizando e conscientizando a comunidade sobre os impactos do projeto e nossos direitos. Citamos como parte desse processo o estabelecimento de parcerias com a Defensoria Pública do Instituto de Terras e o Cartório de Títulos e Documentos. Através delas, foram expedidos títulos de posse aos moradores, um importante instrumento jurídico em nossa defesa. E por fim, acionamos o Ministério Público Estadual, no qual abrimos processo, endossado pela assinatura de mais de cem famílias, para garantir nosso direito à habitação. cremos que através dessas ações construímos as ferramentas para que nossos direitos sejam garantidos como rege a Constituição Federal e as leis do município e do estado do Rio de Janeiro.

Finalizando esta breve contribuição, agradecemos ao Laboratório Territorial de Manguinhos – FIOCRUZ pela oportunidade e pelo gentil convite em contribuir com o prefácio desta importante obra, pelo auxílio com informações sempre pertinentes e pela abertura de espaços, em oportunidades anteriores, à divulgação de nossa árdua batalha.

*Cleber Fonseca, Roberto Custódio e Gilson Alves*  
Comissão de Moradores de Vila Turismo

O livro oferece um precioso acervo de imagens raras, que se constitui em um instrumento para a memória de atores e projetos lembrados, ou esquecidos, por uma grande intervenção urbana. Ao valorizar a história e a fala do morador, destacando suas formas de organização e luta, estabelece os limites do discurso auto referido de governos e governantes. Demonstra, concretamente, que Manguinhos não deve ser reconhecido apenas por suas carências e pelo atendimento parcial de suas necessidades gritantes. Ao contrário, ao entretecer diferentes fontes documentais, o registro comprova que, para compreender o contexto do PAC Manguinhos, é indispensável valorizar a força e a autonomia de quem construiu e vivencia o lugar.

Apenas essa valorização possibilita que a leitura do PAC Manguinhos supere a influência exercida por grandes agentes econômicos e pelo marketing político na interpretação dos investimentos, permitindo o respeito pela vida de relações que reelabora, diariamente, práticas coletivas. Manguinhos, neste relato/narrativa, emerge como espaço portador de uma história de reivindicações e conquistas e, assim, como espaço conformado por múltiplas instituições, territorialidades e sociabilidades. Sem dúvida, as imagens reunidas neste livro impedem o esquecimento dos diferentes imaginários e experiências que disputam os sentidos do PAC. Uma disputa que é necessária à participação na defesa de projetos socialmente justos para o futuro do lugar.

*Ana Clara Torres Ribeiro*  
(em memória)

Professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ  
Coordenadora do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território – LASTRO

Certa vez, lá pelos idos de 2001 (não sei, com precisão, o dia e a data certa), eu caminhava pela rua Dr. Luiz Gregório de Sá, em direção à RedeCCAP. Aproximava-se da hora do crepúsculo, quando, por detrás das casas subia uma fumaça que, ao se espalhar no ar, denunciava um cheiro forte de carne queimada. A origem daquela fumaça era o corpo de alguém assassinado lançado numa lixeira e ao qual atearam fogo.

Essa lembrança ocorre-me agora, ao passar os olhos no original de “PAC Manguinhos: um relato fotográfico”. Tenho a sensação de que esse material tende a fortalecer a ideia de final de ciclo das trevas em Manguinhos, mesmo que, aqui e ali, no desenrolar da narrativa, o livro aluda a questões críticas de ordem político-administrativa, algo democraticamente permissível num processo de transformação ambiental pelo qual Manguinhos, por entre tradições e contradições, passa.

Relatar fotograficamente o PAC Manguinhos é como tentar penetrar nos meandros de um corpo estranho, por muito tempo ignorado e submetido à sua própria sorte, uma vez que, na sua naturalidade geográfica, Manguinhos ainda continua sendo uma região de manguezal, depositária de vida animal no âmbito da doente baía de Guanabara, para a qual vertem as águas mortas dos agredidos rios Faria Timbó e Jacaré. No sonho da Arte de Ver Manguinhos, esses rios aparecem totalmente despoluídos, materializados na maquete que retrata Manguinhos enquanto uma comunidade auto-sustentável e nos painéis pintados pelas crianças da Oficina Portinari de Manguinhos.

As fotografias, ornamentadas com textos sucintos, sem dúvida elevam a presente publicação ao nível do discernimento da maioria da população (desacostumada a ler), pois falam por si só.

*Ubirajara Rodrigues*  
Artista plástico, historiador, coordenador da Oficina Portinari de Manguinhos

A importância no registrar e no relatar é... impressionar ..., deixar marcas e lembranças de grande relevância para a história do indivíduo e da coletividade. E, além disso, trazer identidade e perpetuação das experiências e dinâmicas da vida.

Da mesma forma que reafirma laços e compromissos no desenvolvimento de um território e considerando que “Território é um lugar onde a vida acontece. conforme Milton Santos”, ao reafirmar nossos laços e compromissos fortalecemos o indivíduo e o coletivo, Istoé: Eu e a Comunidade.

*Elizabeth Campos*  
Coordenadora do Casa Viva – RedeCCAP

## A imagem da resistência

O Rio de Janeiro é a cidade onde o tema da favela ganhou centralidade antes mesmo do atual debate em torno do Rio cidade olímpica. Já no final do século XIX, o processo de modernização da cidade permitiu o aparecimento e o crescimento paralelos das favelas. A ausência de políticas sociais, em particular a habitacional, direcionadas aos mais pobres obrigou que parte desse segmento buscasse sua própria alternativa de moradia. A indiferença do Estado e a resistência dos moradores marcam, pois, desde o início, a relação do poder público com as favelas no Rio de Janeiro.

O poder público sempre teve dificuldades em lidar com o fenômeno das favelas: indiferença, remoções, descontinuidade, atuação fragmentada marcam a relação das favelas com o Estado no Rio de Janeiro ao longo dos mais de cem anos de sua existência. Neste cenário, o PAC Favela surge como uma alternativa para enfrentar o tema da urbanização em grandes favelas.

O fato de pensar o território na sua integralidade, incluindo o social e a participação ao longo da sua implementação, faz a diferença do PAC. No entanto, entre a intenção e a ação quem define o ritmo e as prioridades do programa são as obras físicas. O tema da participação, agora incorporado oficialmente ao escopo do projeto de intervenção, está longe de responder às expectativas dos atores locais. E a esperança, juntamente com a desconfiança, marca, mais uma vez, a relação com o poder público. Independentemente das orientações oficiais, os moradores de Manguinhos reagem, exercitando suas formas de auto-organização e produzindo engajamentos que expressam seus desejos e necessidades. A resistência segue sendo a marca das favelas do Rio.

## Manguinhos e suas imagens

As imagens de um lugar contam uma história. A fotografia de um território permite-nos reconstituir trajetórias, individuais e coletivas, que falam de um tempo passado no presente. Então, fotografar o presente, compará-lo com o passado e deixar registros para o futuro permitem, hoje e amanhã, que se reflita sobre os impactos

da política pública nesses territórios e que se perceba o descompasso entre promessa e realidade, bem como o impacto dessas transformações no cotidiano das pessoas do lugar.

A vida pulsa, se refaz, desafia. E a expectativa é que as imagens desse tempo ajudem a preservar a essência do espírito coletivo e a lembrança das resistências da luta possível. O processo de organização de Manguinhos, espelhado nas várias articulações aí existentes, é emblemático da complexidade do tema da representação nessa localidade. A articulação do Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável (FMSDES) em Manguinhos é uma institucionalidade que busca refletir a diversidade do território e estar qualificado para enfrentar novos desafios no tema da participação. O Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) é uma aposta no encontro de saberes, no qual academia e moradores se reúnem para produzir, conjuntamente, um novo conhecimento sobre o território, privilegiando o olhar de quem aí vive. Já as Associações de Moradores incorporam um poder tradicional. Elas têm a representação formal das favelas e lutam pelo seu espaço junto ao poder público. Essa dinâmica, que constitui a trama deste local, é seu diferencial, mas o poder público ainda não sabe lidar com ele.

A publicação do “Relato Fotográfico” é importante porque nos ajuda a entender este tempo com o olhar e as interrogações de quem vive no território e dele retira os ensinamentos para sua vida. E é, também, uma boa contribuição para se refletir sobre os limites e as possibilidades da intervenção pública nos territórios populares.

Parabéns!

*Itamar Silva*

Coordenador do Instituto Brasileiro de  
Análises Sociais e Econômicas – IBASE

A Fundação Oswaldo Cruz e a Escola Nacional de Saúde Pública buscam, desde sua criação, interagir de forma solidária com a população desse território, construindo e fazendo parte da história da própria instituição e do lugar. Manguinhos não é apenas o bairro que sedia a FIOCRUZ, mas o campo de atuação de pesquisadores, profissionais e alunos que, junto com moradores, experimentam novas práticas em saúde coletiva, subsidiando políticas públicas e buscando cumprir dos princípios do SUS – universalidade, integralidade e equidade.

O trabalho do Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM nos últimos 10 anos é parte da trajetória da Escola. Traz para o interior da saúde coletiva contribuições ao integrar saúde pública, ambiente e cidadania a partir do reconhecimento das vulnerabilidades socioambientais existentes no território de Manguinhos e do protagonismo dos moradores. Nesse sentido, a saúde e os problemas socioambientais podem ser vistos como mediadores da relação entre a sociedade – determinantes sociais – e as políticas públicas com a vida concreta das pessoas e comunidades. E o mais importante: a produção compartilhada de conhecimentos como base para ações solidárias e transformadoras de promoção da saúde e da cidadania, desde que fundada em princípios éticos, no diálogo de saberes e em sua validação social através da participação direta dos próprios moradores.

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, proposto pelo governo federal em parceria com estados e prefeituras, na modalidade Saneamento Integrado a Infraestrutura Social para Favelas, destinou para Manguinhos recursos da ordem de R\$ 660 milhões de reais para habitação, melhoria do sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, urbanização de ruas e vielas, e construção de equipamentos sociais. O PAC previa também o fortalecimento da participação social, através da constituição de um Comitê Intersetorial de Acompanhamento, com a contratação de mão-de-obra local e com a própria qualidade das obras.

O “Relato Fotográfico”, realizado pelo LTM após acompanhamento dos primeiros três anos de obras, traduz uma produção compartilhada de conhecimentos entre moradores, pesquisadores e profissionais de saúde. Destaco como inspirador neste trabalho o processo participativo de sua produção, que enfrentou o desafio de contemplar as práticas e visões de mundo dos sujeitos que vivenciam os problemas e situações estudadas, seus relatos e suas expressões singulares, construindo sentidos a partir das fotos, fatos e interesses em jogo. Como dizem os autores “construindo pontes entre a ciência e a ação no sentido de subsidiar novas iniciativas que superem os problemas enfrentados, no caso deste Relato, que subsidiem políticas públicas em contextos similares”. As imagens e depoimentos revelam o grande potencial da participação qualificada dos moradores e lideranças locais, fundamental para diminuir as velhas práticas autoritárias e clientelistas de utilização dos recursos públicos em áreas de exclusão. A presença de um Fórum de lideranças e de atores institucionais, protagonistas na mobilização e conquista destes recursos reforça a importância de considerar a história destes territórios, seus processos de ocupação e o capital cultural e social para a construção de políticas públicas.

Neste sentido, o Relato Fotográfico se configura como um importante material político-pedagógico para todos nós pesquisadores, moradores, gestores, movimentos sociais e governantes, na medida em que reconstitui os caminhos do PAC, sinalizando importantes questões para o debate que continuam em aberto.

*Antonio Ivo de Carvalho*

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP

# O RELATO FOTOGRÁFICO

*um trabalho em co-laboração*



## Um Trabalho em Co-laboração

O lugar que chamamos de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro tem uma história de mais de 100 anos. Desde os tempos das fazendas de café até os dias atuais, nos quais vivemos as transformações provocadas pelas obras do PAC, Manguinhos tem sido objeto de vários estudos e de poucas políticas públicas que se traduzam em ações efetivas de garantia dos direitos de cidadania das pessoas que aqui vivem e trabalham. Na sua história, vemos algo que nos chama atenção e o torna um lugar particular, estigmatizado como espaço provisório destinado a famílias removidas de outros locais, como complexo de favelas, e ainda como “Faixa de Gaza”, e que vivencia, em seu interior, a diversidade e a heterogeneidade próprias dos espaços urbanos metropolitanos, onde as condições de provisoriade e precariedade chocam-se com os sentimentos de pertencimento, enraizamento e orgulho dos que construíram e constroem suas vidas aqui.



Localização de Manguinhos (em laranja) na cidade do Rio de Janeiro. Fica na 10ª Região Administrativa e na Área de Planejamento – AP 3.1. Fonte: Armazém de Dados/IPP.



Vista aérea das Comunidades que compõem Manguinhos. Montagem cedida pelo Projeto Território em Transe – UADEMA – União Ativista Defensora do Meio Ambiente, a partir do Google.

Diferentemente do que ocorre em muitas locais da cidade, Manguinhos é habitado por muitos migrantes provenientes do interior do estado, que estão sempre se deslocando de um lugar para outro no próprio Rio de Janeiro, deixando para trás espaços construídos, famílias, laços de vizinhança, pedaços de lugares que já conhecem bastante – birosacas, mercados, o ponto de ônibus...

Esta é uma das marcas de Manguinhos, tão bem expressa na visão de Gleide Guimarães, moradora e integrante do Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM:

“

*O que significa viver em condições de pobreza e ser recorrentemente desenraizado, como se perdesse a cada dia sua condição de ser humano, tornando-se apenas objeto de iniciativas públicas conjugadas a acidentes ou riscos ambientais, que poderiam ser perfeitamente evitáveis?*

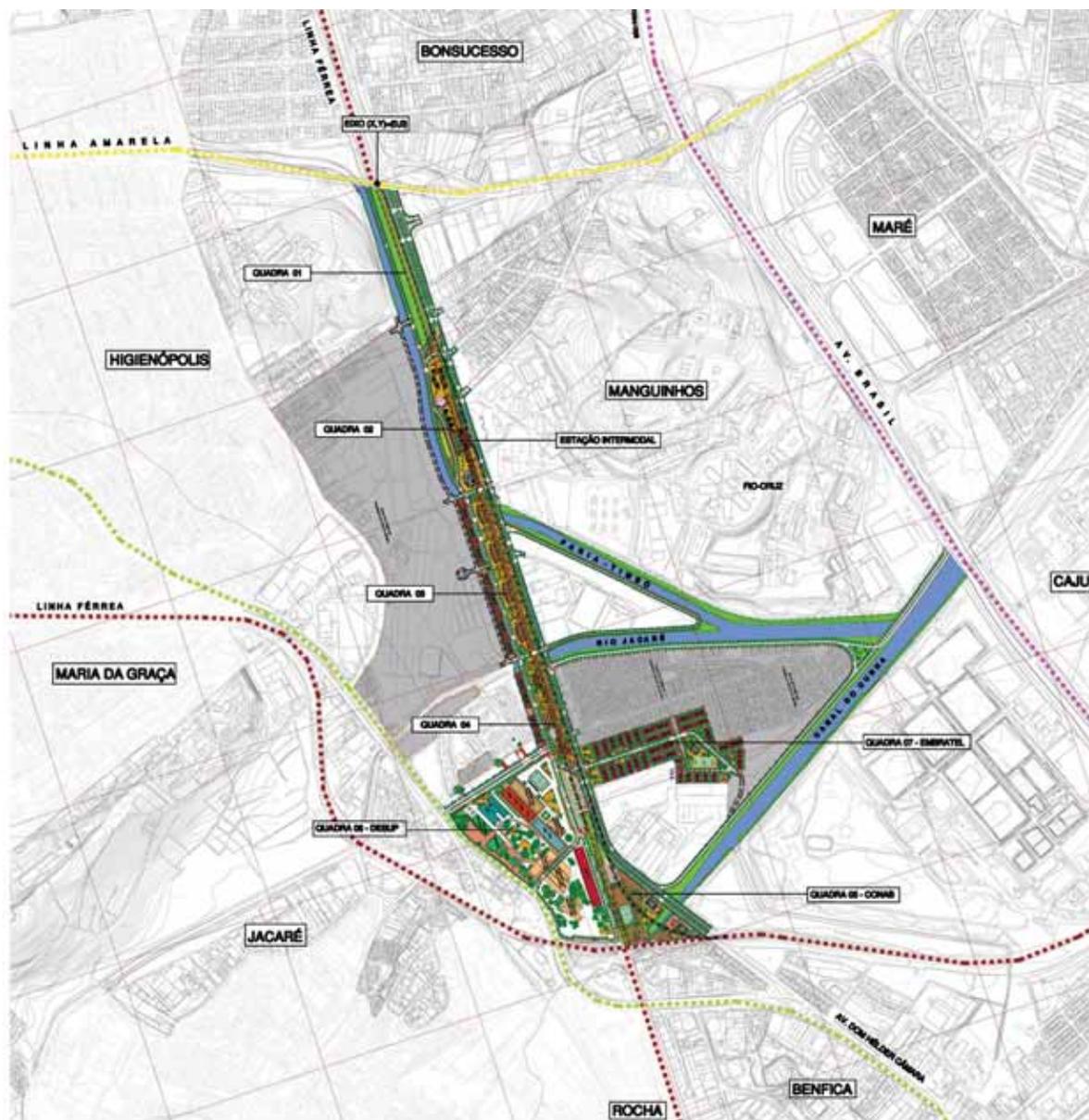
”

Esta é uma das perguntas-chave que guia nossos trabalhos no Laboratório Territorial de Manguinhos, projeto de pesquisa-ação que vem colaborando, desde 2003, para a compreensão e a transformação das condições de vida e saúde neste lugar. O LTM reúne pesquisadores da FIOCRUZ, moradores e bolsistas envolvidos na construção de um conhecimento compartilhado, engajado, contextualizado, que forma uma Comunidade Ampliada de Pesquisa-ação, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia dos sujeitos da promoção da saúde e da justiça ambiental<sup>1</sup>. É um espaço que se pretende aberto a constantes interlocuções com demais grupos e movimentos que atuam neste território e que constroem parcerias, dialogam e atuam através de projetos de pesquisa ou de programas relacionados às políticas de saúde e ambiente, a exemplo do projeto que financiou parcialmente este Relato<sup>2</sup>.

Este relato é um dos produtos de mais de dois anos de acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Manguinhos, programa de intervenção urbanística e social de responsabilidade das três esferas de governo. O programa representa o maior investimento público no lugar em obras de infraestrutura em 11 comunidades na região, que, ao longo desse trabalho, irá sendo desvelado em algumas de suas dimensões que consideramos as mais importantes.

<sup>1</sup> A Comunidade de Pesquisa-ação do LTM produziu livros e documentários sobre o passado e o presente de Manguinhos a partir da memória e da participação de moradores e atores desta história. Nossos trabalhos estão no sítio [www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br).

<sup>2</sup> Projeto “Território, Políticas Públicas e Promoção da Saúde: análise dos efeitos potenciais do PAC para a redução de riscos ambientais e vulnerabilidades em Manguinhos, Rio de Janeiro”. Financiado através do convênio entre a Fiocruz e Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde (SVS/MS).



Complexo de Manguinhos – planta de localização: áreas de intervenção do PAC Manguinhos, mapa disponibilizado pelo Canteiro Social

### O que é o relato fotográfico do PAC

O acompanhamento do PAC é um dos temas que o Laboratório Territorial de Manguinhos está priorizando desde meados de 2007. Sua importância se expressa em três dimensões principais: (i) a potencialidade das suas promessas para a transformação do território e a melhoria na qualidade de vida dos moradores de Manguinhos; (ii) a crescente organização dos movimentos sociais locais e sua mobilização para ampliar a participação e a influência da população nos destinos das ações previstas no programa; (iii) a possibilidade de acompanhamento de uma política pública desde o lançamento até seus primeiros resultados e impactos sobre o território. Apresentamos, aqui, uma análise sobre o período compreendido entre agosto de 2008 e abril de 2010.

O registro fotográfico das obras e dos processos de interlocução entre os atores do Programa teve por objetivo identificar, analisar e avaliar os elementos que possam se constituir em indicadores de transformação da qualidade de vida. Foi pensado como instrumento para que as populações, em particular aquelas em vulnerabilidade social, pudessem expressar suas necessidades e serem protagonistas de suas próprias histórias. O exercício do direito à informação, ao acesso equitativo e justo aos benefícios do Programa, e a proteção aos mais vulneráveis, com abertura de espaços de participação e diálogo entre poder público e comunidades, constituíram elementos úteis para indicar a sustentabilidade dos investimentos e seus resultados mais efetivos em relação à promoção da saúde e a melhorias no ambiente em Manguinhos.

No primeiro momento, consideramos possível organizar nosso trabalho a partir de um roteiro das obras, acompanhando as mudanças da paisagem do território. No entanto, isso logo se mostrou inviável, na medida em que nos foi dificultado o acesso aos projetos e cronogramas oficiais que permitissem o confronto entre as propostas e promessas dos governos e das empresas e as intervenções propriamente ditas, assim como das possíveis tensões e contradições entre o planejado e as prioridades ou necessidades sentidas pelos moradores. Assim, decidimos organizar o Relato respeitando a cronologia dos acontecimentos, as idas e vindas no processo de implementação e os sentidos e significados que este Programa adquire para os moradores e demais atores locais. Importa compreender a lógica que orienta esta política pública e sua implementação e que traz subjacente uma determinada visão deste território e de seus atores.

O movimento seguinte foi, então, compreender os impactos diretos e indiretos do PAC na vida das pessoas durante a realização do Programa, em especial seus efeitos positivos e negativos sobre as vulnerabilidades socioambientais que condicionam a qualidade de vida desta população. O que se viu, em quase dois anos do Programa, foi a execução e a inauguração de obras sem dúvida necessárias – como as habitações, a escola, a biblioteca –, mas que não levaram em conta, de forma clara e inequívoca, as opiniões e prioridades enunciadas historicamente pelos moradores e reafirmadas pelo Fórum de Manguinhos. Cabe registrar ainda as péssimas condições em que as obras foram executadas – a poeira, o lixo, a falta d'água, a recorrência das enchentes, o aumento dos vetores de doenças – e, principalmente, questionar os impactos do aumento das incertezas e da desconfiança quanto ao futuro próximo.

Em razão das situações de tensão “usuais” na região devido à presença e à ação do tráfico de drogas, exacerbadas pelas disputas de interesse em torno do PAC e acentuadas com as incursões dos aparatos de segurança pública, o que registramos em imagens e poderemos mostrar representa apenas uma parte do que foi efetivamente percebido e refletido em nossa experiência de campo. Muitas imagens não puderam ser feitas. Por isso, este instrumento é também um relato de impossibilidades. Após um exame contextual atento, as fotografias podem ser lidas como vastos textos, que revelam histórias ocultas ou não tão ocultas, mas irreveláveis do PAC. Quer pela dificuldade de se obter evidências empíricas, quer pelo grau de risco que a explicitação da sua existência coloca – como, por exemplo, os critérios de ocupação dos apartamentos novos –, as fotografias podem ser mais reveladoras do que qualquer documento descritivo. Nesse sentido, o poder das histórias ocultas reveladas e o conteúdo da imagem assumem a condição de simbolismo histórico (EDWARDS, 1996).

As impossibilidades, oficiais e marginais, que se reproduziram no decorrer do processo de acompanhamento do PAC – expressas tanto nos constrangimentos de transitar livremente e de registrar lugares e situações, assim como na incerteza dos dados sobre o que, o quanto e quando as obras seriam realizadas – limitaram nossa capacidade de análise e de participação nos rumos tomados pelo Programa.

Construímos, assim, outra forma de acompanhamento do PAC Manguinhos. Não avaliamos a adequação entre seus objetivos e os resultados alcançados, nem sua eficácia ou sua eficiência. Procuramos construir um instrumento de reflexão sobre um processo complexo e inacabado, através

da ordenação de imagens e ideias, geradas pelos diversos atores e pesquisadores durante os acontecimentos.

As imagens e os depoimentos revelam o potencial de participação qualificada dos moradores e das lideranças locais para evitar ou reduzir as velhas práticas autoritárias e clientelistas de utilização dos recursos públicos em áreas de exclusão. A presença de um Fórum de lideranças e de atores institucionais, que foram protagonistas na mobilização e na conquista desses recursos – e que, inclusive, propuseram a formação de um Comitê de Acompanhamento das Obras (que até hoje não foi criado) – reforça a importância de se atentar para a história destes territórios, seus processos de ocupação e o capital cultural e social para a construção de políticas públicas.

A participação qualificada dos moradores e lideranças locais expressa, particularmente, a preocupação com mais um desenraizamento, com mais um deslocamento, que significam perdas, objetivas e subjetivas.

### Sobre o papel da fotografia

A fotografia foi pensada como recurso para o registro do PAC, por sua importância como documentação, como meio de informação e divulgação, como recordação da história e, principalmente, como memória da comunidade, das intervenções urbanas e do meio ambiente. É um instrumento que propicia o registro de situações cotidianas, que fomentam a identificação, a análise e a avaliação de elementos que possam vir a se constituir em indicadores, na forma de fotografias comentadas pelos diferentes atores envolvidos no processo. Entendemos a fotografia como um documento social, como conhecimento e como um recurso ou instrumento pedagógico e de pesquisa. Desse modo, este Relato Fotográfico é compreendido como material pedagógico para a ampliação dos circuitos de troca com os moradores de Manguinhos em geral, e para a compreensão e a análise crítica da realidade, em particular de uma política pública, o PAC.

A fotografia é uma escolha do recorte da realidade que se quer mostrar, e por trás desse corte estão a história e as ideias daquele que retrata ou de quem está a mando. A fotografia contém e restringe dentro de suas próprias fronteiras, excluindo tudo o mais, um análogo microcosmo do enquadramento do espaço, o qual é também conhecimento. Como tal, ela torna-se uma metáfora do poder, tendo a capacidade de descontextualizar e se apropriar do tempo e do espaço e daqueles que existem dentro dele (EDWARDS, 1996).

O Relato Fotográfico é do passado – histórico –, assim como a “fotografia, pela sua própria natureza, é do passado” (Edwards, 1996: 16). A fotografia, porém, também é do presente, pois permite, com seus dilemas interpretativos, seu deslocamento no tempo e no espaço. A fotografia repete mecanicamente o que jamais poderia ser repetido existencialmente. Essa repetição do tempo aprisionado tem muita força, pois permite ao espectador demorar-se, imaginar ou analisar de uma forma que não seria possível no fluxo natural do tempo. Isso é o que pretendemos com o registro do PAC: fixar os elementos de uma política pública que consideramos importantes, comparando-os, sempre que possível, com imagens do passado. A fotografia perpetua o passado de um modo insidioso, negando o tempo. Isso pode ser constatado quando retratamos os deslocamentos dos “bolsões” de pobreza no interior do próprio território ao longo do tempo, no capítulo que falamos de morar em Manguinhos (EDWARDS, 1996).

Uma das dimensões da fotografia é de ser uma ameaça, que no trabalho em comunidades vulneráveis como Manguinhos toma contornos ameaçadores à própria vida. Portar uma máquina fotográfica pode significar sermos interpelados ou intimidados por alguns atores do território, particularmente para aqueles que temem serem “revelados”. Muitas vezes são as próprias tensões de uma fotografia, as circunstâncias de sua criação, que lhe conferem significado. Essas qualidades abstratas são documentos em si, e este é um dos valores do nosso trabalho sobre PAC, que expressamos como impossibilidades (EDWARDS, 1996).

Trabalhamos sempre com a ideia de disponibilizar ou entregar cópias das fotos para os moradores, associações de moradores etc., como prova e como retribuição. Como prova, significa mostrar que não fazemos fotos comprometedoras das atividades ilícitas do lugar. Não identificamos nem “entregaremos” ninguém. Como retribuição, é um princípio do LTM compartilhar materiais enquanto conhecimentos que produzimos, de modo que os moradores tenham suas imagens, como história, memória etc., independente da nossa intervenção, isto é, não só devolvê-las codificadas ou decodificadas pela nossa análise e interpretação da realidade. Ao fazer isso, nossa intenção é que eles possam contestar, pois não podemos, por razões da lógica científica, ficar insensíveis às próprias representações que cada um faz de si e dos lugares onde moram, às revelações de nós mesmos. A fotografia também pode ser um meio de aproximação, compreender o que pode e o que não pode ser fotografado; ser parte do compromisso com o grupo ou pessoa que pode se estabelecer pelo fato de o pesquisador fazer fotografia. Neste sentido, a fotografia também é um material de troca (TRAVASSOS, 1996).

O significado das fotografias pode ser naturalmente guiado ou sugerido por textos, envolvendo-as num contexto particular, que pode legitimá-las no domínio científico e disciplinar. Uma legenda pode conferir imediatismo e convicção às fotografias. O texto pode também ter um papel narrativo, uma função amplificadora. A fotografia em si não possui uma narrativa autêntica de acordo com a definição literária clássica; ela não propicia a ação, pois isso exige uma sequência de tempo e depende muito do seu relacionamento com outras fotografias ou textos (EDWARDS, 1996: 22). O contexto fotografado,

fundamental para a interpretação das fotografias, é complementado não só pelos textos que buscam “traduzir” outros contextos inter-relacionados – como o intelectual e o político, que trazem à luz a percepção do “outro” e de seus espaços –, bem como pela manifestação das teorias que orientam a intervenção, como é o caso do PAC Favelas, balizado pelas teorias que identificam os lugares de intervenção, como os territórios de segregação socioespacial. A autoridade da fotografia está baseada em sua presença temporal e física. Confirma a presença e a observação do fotógrafo e a “verdade” do seu relato. Como tal, é um análogo da realidade e visa provar que o que estava em frente da câmera existia (EDWARDS, 1996).

Desfeitos da ilusão inicial de que a fotografia bastaria para revelar ao outro, estranho ao lugar, uma realidade tão múltipla, passamos então a perceber que ela compartilha com o texto o papel de recurso de leitura da realidade desse espaço vivo e complexo. O Relato Fotográfico, como título do trabalho, passa a ser um dilema carente de uma justificação, já que a fotografia não é o elemento central, mas sim um dos recursos.

### **Sobre a Metodologia**

A metodologia que nos orientou tem raízes nas chamadas pesquisas participativas baseadas na comunidade e na pesquisa-ação (MINKLER & WALLERSTEIN, 2003; MINAYO, 2002; BRANDÃO, 1985; THIOLENT, 1986; HAGUETE, 1987). O desafio dessas propostas é contemplar as visões de mundo e as práticas dos sujeitos que vivenciam os problemas e as situações estudadas, seus relatos e suas expressões singulares. É igualmente desafiador traduzir essas situações em análises que possibilitem transitar do subjetivo ao objetivo, construindo

pontes entre a ciência e a ação no sentido de subsidiar iniciativas que superem os problemas enfrentados em suas práticas, no caso deste Relato, que subsidiem a análise crítica de políticas públicas em contextos similares.

Nesse sentido, o Relato se constrói a partir do diálogo entre as fotos, os fatos e as informações coletadas, por um lado, e, por outro, o depoimento dos pesquisadores e moradores de Manguinhos, refletindo o processo de mudanças provocadas pelo PAC em suas próprias vidas. Moradores de Manguinhos, bolsistas do LTM, expressam – nas fotos, tiradas durante o trabalho de campo, na seleção das imagens e na produção dos textos junto com os pesquisadores – muitas das incertezas e também das esperanças que as intervenções do PAC estão gerando na população de Manguinhos e na cidade. Tais materiais e depoimentos estabelecem, assim, a ponte entre as necessidades e as condições socioeconômicas e culturais historicamente construídas e as respostas que o poder público oferece através do PAC. Representam também uma forma de expressar as nossas angústias diante das impossibilidades em filmar e fotografar em certos lugares e situações.

Privilegiamos ainda incorporar ao Relato partes das entrevistas com moradores e gestores que foram realizadas para a produção dos documentários “PAC Manguinhos: o futuro a Deus Pertence” e “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança”. Utilizamos, também, fontes secundárias, como os documentos de reunião do Fórum de Manguinhos e de outros fóruns de discussão e divulgação dos resultados do programa, sites do governo, assim como artigos e documentos produzidos em torno dos programas DLIS Manguinhos e do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), considerados precursores do PAC Manguinhos.

Realizamos, assim, uma pesquisa exploratória com o objetivo de oferecer uma visão geral dos impactos potenciais do PAC sobre as vulnerabilidades em Manguinhos. É, portanto, uma leitura aproximativa, provisória e aberta a novas questões.

No processo de produção deste Relato colocamo-nos, de imediato, a necessidade de ir a campo para o registro fotográfico dos lugares que seriam afetados pelas obras, garantindo, assim, um marco zero para a posterior análise das mudanças ocorridas nestes dois anos do Programa. Foram, aproximadamente, dois anos de trabalho de campo, guiadas pela curiosidade e pelo temor das pesquisadoras não moradoras, Fátima e Mariza, e pela familiaridade e cuidados de Gleide e Fabiana, sempre de acordo com as oportunidades que se abriam e fechavam de transitar pelas comunidades e canteiros das obras. Dessa forma, nosso trabalho de campo não seguiu nenhuma orientação ou roteiro prévio, o que nos possibilitou registrar e acompanhar o processo do ponto de vista das expectativas e surpresas, geradas tanto pela falta de informações sobre o que iria de fato ocorrer como pelos conflitos e dificuldades vivenciados pela população atingida diretamente pelas obras.

Outro recurso importante de nosso processo de trabalho foram as oficinas de interlocução com pesquisadores e moradores que participaram ou participam deste e de outros movimentos, aportando a este Relato ideias fundamentais para sua organização, assim como fornecendo fotos e imagens de Manguinhos no passado e no presente. Todos eles figuram como colaboradores nas primeiras páginas deste Relato, e gostaríamos de agradecer e ao mesmo tempo isentá-los de toda a responsabilidade além do limite de seu desejo.

Por último, iniciamos o processo de leitura das imagens e fatos relatados pelos moradores e informações coletadas junto aos documentos oficiais e discussões do Fórum de Manguinhos no sentido de compor nossa leitura do processo e dos resultados do PAC sobre as vulnerabilidades sócio-ambientais de Manguinhos. Assim, este trabalho traduz toda a complexidade da proposta de construir compartilhadamente um conhecimento que explore a ideia de diálogo e do “está sendo”, na perspectiva do inacabado, porque inacabado é o processo do PAC que ainda está sendo em termos objetivos e em termos de impacto, alguns dos quais só poderão

ser avaliados em longo prazo. Porque inacabado é o processo de conhecer e interpretar as dinâmicas e relações sociais entre tantos atores e tantas expectativas em relação ao PAC e que sofre uma alteração constante quanto ao que podemos falar e o que devemos calar frente ao tempo da política e ao tempo da pesquisa. A estruturação temática do Relato Fotográfico é resultado, também, de várias oficinas da comunidade ampliada de pesquisa-ação do LTM, que se debruçou sobre o material, buscando compreender as dimensões e os temas centrais que emergiam das imagens, das narrativas de campo, dos depoimentos e das vivências de todos.

Procuramos deixar visível tal complexidade e potencialidade da construção compartilhada do conhecimento, do diálogo aberto entre fotos, dados e narrativas, dando a oportunidade ao leitor de dar ou não acabamento.

Para publicar este Relato foi fundamental termos a certeza de que não cabe a nós dar a última palavra, e de que a metodologia, a forma de chegar, é um processo inacabado, imponderável, que deve garantir ao leitor a oportunidade de interagir com o material e de construir novos sentidos e significados, capazes de fornecer novas pontes entre o conhecimento e a ação.

Uma questão aberta neste Relato está relacionada à sustentabilidade das mudanças em relação aos riscos e às vulnerabilidades socioambientais, se restringirmos o olhar para os efeitos do PAC dentro dos limites do território de Manguinhos. O processo de remoção e início da construção dos novos apartamentos

sem a garantia de moradia digna para os que viviam em Mandela de Pedra, Embratel ou outras áreas consideradas de risco, ilustra os limites do PAC em integrar Manguinhos à cidade, rompendo com um padrão de atuação fragmentada e setorizada e com a barreira da cidade simbolicamente partida. Afinal, ao longo da história de Manguinhos foram feitas outras intervenções urbanas, obras de saneamento e construção de moradias, que, contudo, se revelaram incapazes de fazer cessar o processo de favelização e ocupação de áreas impróprias à habitação humana.

Outra questão aberta é a tensão entre o que muda e o que permanece na organização do espaço e das relações políticas e sociais neste território, determinantes das condições de saúde e vida da população. As enchentes de abril de 2010, que atingiram os espaços urbanizados e as novas moradias do PAC, é um exemplo da permanência na lógica tradicional da política pública, que não garante qualidade e não responde às necessidades históricas do local. Por outro lado, a instalação e a apropriação dos equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer por parte da população destaca-se como um impacto positivo do PAC, uma esperança de um futuro mais saudável. O envolvimento de jovens e adultos em atividades esportivas e de produção artística e cultural sempre esteve presente em Manguinhos, o que sem dúvida garantirá a maior efetividade das ações que vêm sendo propostas neste campo.

Dizemos, provisoriamente, que por mais que seja uma iniciativa desejável – que, num curto prazo, trará alterações significativas às condições de moradia e emprego, ao acesso de parte desta população a equipamentos sociais e à dinâmica das relações de vizinhança –, o PAC ainda não foi suficientemente efetivo frente às impossibilidades históricas vivenciadas nas relações entre os atores locais e os agentes das políticas públicas, assim como nas relações entre poderes oficiais e poderes marginais, relações que impõem um constrangimento severo aos movimentos de conquista de direitos humanos e sociais.

Em função desse caráter provisório e inacabado, finalizamos esta apresentação com a mesma questão que iniciamos – os pesquisadores estão implicados no próprio processo de mudança que procuram analisar. Essa questão esteve estampada no mural da sala do projeto numa fala da Consuelo, pesquisadora-moradora do LTM, lá no início do trabalho: “Como vai ser quando Manguinhos deixar de ser Manguinhos?”. Ela falava de uma esperança e, ao mesmo tempo, de um temor. Essa questão esteve presente em todo o trabalho de acompanhar, fotografar, colher informações, posicionar-se, criticar, elogiar, enfim fazer parte e ao mesmo tempo se distanciar para “ver melhor”, o que é um processo muito difícil e ao mesmo tempo prazeroso e esclarecedor.

## 2006

### Dezembro

Realização do Seminário “Redução da vulnerabilidade socioambiental na Região Maré Manguinhos na Cidade do Rio de Janeiro”, no dia 18, na ENSP, marco da inclusão de Manguinhos no PAC, segundo os movimentos sociais locais.

## 2007

### Março

Criação do Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável (FMSDES), que passa a se reunir semanalmente.

### Abril

Anúncio da inclusão de Manguinhos no PAC pelo governo do Estado.

### Agosto

Visita do vice-governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, a Manguinhos, no dia 4. Nessa ocasião, compromete-se a apresentar os projetos executivos do PAC e a criação do Comitê Gestor com a participação dos moradores.

### Setembro

Apresentação em audiência pública, pela EMOP, no dia 27, das principais intervenções do PAC Manguinhos. São fixadas as datas de início (dezembro de 2007) e de previsão de conclusão (dezembro de 2010) das obras.

### Outubro

Realização de audiência pública do PAC Manguinhos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 23. O governo do Estado divulga pela primeira vez o quantitativo de novas unidades habitacionais – 546, e das unidades a serem relocadas – 1.871.

## 2008

### Janeiro

Licitação de obras feita pelo governo do Estado. É divulgado novo quantitativo de novas unidades habitacionais – 894, e das unidades a serem relocadas – 1.936. O consórcio ganhador da licitação é composto pelas empresas Andrade Gutierrez, EIT e Camter.

### Março

Visita do presidente Lula a Manguinhos, no dia 7, para lançamento do PAC.

### Abril

Início das obras do governo do Estado. Em 2 de abril, o governo anuncia o início das obras com a construção de casas, num total de 1.774 unidades.

### Maio

Inauguração para visitação pública da casa-modelo, planejada para ter 45 m<sup>2</sup> de área e contar com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de expansão.

### Outubro

Início da remoção de moradores da Embratel II (Nova Mandela) para a construção de unidades habitacionais pelo governo do Estado.

### Novembro

Fechamento da rua Leopoldo Bulhões, pista sentido Bonsucesso-Benfica, no dia 8. No espaço dessa via concentram-se as obras de elevação da linha férrea.

Lançamento, no dia 11, do Pacto Pela Cidadania. Iniciativa do IBASE e financiado pela Caixa Econômica Federal, com o objetivo de engajar ativamente a cidade no processo de implementação do PAC. Este projeto se desdobra no Fórum da Cidadania.

Moradores de Manguinhos, organizados pela Comissão de Moradores de Vila Turismo, participam da audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara de Deputados em Brasília, para discutir o registro de posse de suas moradias.

## 2009

**Fevereiro**

Inauguração, no dia 3, do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, primeira obra concluída do PAC no Rio de Janeiro.

**Março**

Realização, no dia 16, do 1º Fórum da Cidadania, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), parte integrante do projeto Observatório da Cidadania para o PAC no Complexo de Manguinhos, uma iniciativa do IBASE com o apoio da CEF.

**Maio**

Inauguração, no dia 29, da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, do Complexo Esportivo e do Centro Vocacional Tecnológico (CVT Correios).

Realização, no dia 11, do 2º Fórum da Cidadania, na Caixa Econômica Federal/RJ.

**Junho**

Realização, no dia 1º, do 3º Fórum da Cidadania, na FIOCRUZ

**Setembro**

Remoção integral das moradias localizadas no terreno da Embratel.

**Novembro**

Sorteio entre os moradores, nos dias 18 e 19, das 416 primeiras unidades habitacionais a serem entregues, localizadas na área do DSUP. A frequência ao curso que os capacitaria a morar nos prédios de apartamentos era a condição exigida para a obtenção das chaves dos imóveis.

**Dezembro**

Inauguração de 416 unidades habitacionais, do Centro de Geração de Renda (CGR), do Centro de Apoio Jurídico (CAJ), do Centro de Referência da Juventude (CRJ) e da Casa da Mulher, no dia 22, pelo governo do Estado.

## 2010

**Abril**

Inauguração, no dia 29, da Biblioteca Parque de Manguinhos, no DSUP.

**Junho**

Inauguração, no dia 24, de 152 unidades de apartamentos no terreno da EMBRATEL, na rua Leopoldo Bulhões.

**Outubro**

Inauguração, no dia 25, de 328 unidades de apartamentos no terreno da EMBRATEL, na rua Leopoldo Bulhões.

# OS ATORES SOCIAIS

*em cena*



Assim como “o mundo não é, o mundo está sendo”, como nos diz Paulo Freire, dizemos que o PAC não é, está sendo. E está sendo porque os cenários estão sempre em mudança, são dinâmicos. Nada está sempre no mesmo lugar. Os atores sociais se movimentam.

Manguinhos é palco onde se instala o PAC, e o cenário deste trabalho é este território e seus processos de transformações, do qual o PAC faz parte e que o vivenciamos desde as primeiras negociações dos movimentos sociais com o poder público.

O cenário do PAC Manguinhos é mais complexo, porque o número de atores é ainda maior do que em outros programas públicos, como o Favela-Bairro, que nem chegou por aqui. Não só envolve as três esferas de governo, como se propôs a ampliar o diálogo e a participação de movimentos sociais locais e lideranças. As mudanças no cenário dependem, em muito, das oscilações na quantidade de recursos financeiros. O somatório dos investimentos das três esferas de governo em Manguinhos é de R\$ 662,2 milhões, segundo o 11º Balanço do PAC, publicado pelo governo federal, em dezembro de 2010.

Manguinhos é um território com muitas precariedades e também cheio de vidas querendo melhorias, habitado por gente que faz o PAC

Manguinhos acontecer, trabalhando, reivindicando, trocando informações, tecendo sonhos, ou vivendo pesadelos, em relação ao que virá. Manguinhos, o cenário que trabalhamos, é fruto da luta de muitos atores, coletivos e individuais, e nós buscamos trazê-los à cena, numa perspectiva da construção histórica desse lugar e do PAC, em particular.

### As Comunidades de Manguinhos e seus moradores, direta ou indiretamente atingidos pelo PAC

O PAC não surgiu no nada. Surgiu num território ocupado há mais de cem anos, desde quando a primeira comunidade apareceu, em 1901. Neste cenário, destacam-se o trabalho dos moradores, construindo e reconstruindo suas casas e ruas, redes de água e esgoto, e a atuação de vários grupos ou organizações. Ou seja, neste cenário sempre se inventou e reinventou a vida, num crescendo, como acontece com uma casa, tijolo por tijolo, laje e mais tijolo. Já nos anos 1960 havia a Comissão de Luz, provavelmente o primeiro grupo comunitário e embrião das associações de moradores.



Inauguração da Associação de Moradores do COHAB Samora Machel, em 1992. Acervo da Associação de Moradores.



Comemoração do Dia da Consciência Negra na quadra da Escola de Samba Unidos de Manguinhos. 1998. Acervo pessoal de morador.



Reunião do Fórum Acorda Manguinhos no CCDC – Varginha, 2000.  
Imagem retirada do Documentário "Acorda Manguinhos".



Eleição da comissão executiva do Fórum Acorda Manguinhos, 2002.  
Imagem retirada do Documentário "Acorda Manguinhos".

O PAC é uma continuidade e também uma ruptura da construção do lugar pelos moradores, que, historicamente, tiveram seu direito à participação impedido pelos governos, suas reivindicações desconsideradas, e muitas vezes abandonados pelo Estado ou reféns de projetos públicos precários para seus lugares de moradia. É uma intervenção parcial no território, e em termos de obras necessárias, serão atendidas diretamente algumas das localidades internas de Manguinhos (e não sua totalidade). São elas: o Centro de Habitação Provisória 2 – CHP2, o Parque João Goulart, a Vila Turismo, e os conjuntos e ocupações Nelson Mandela e Samora Machel, a Comunidade Mandela de Pedra, a CONAB (Vitória de Manguinhos), a Embratel II e a Vila União. Duas novas localidades surgidas no entorno, o CCPL e o Chupa-Cabra, também são atendidas no projeto PAC Manguinhos.

Quatro localidades – Vila São Pedro, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Amorim (Parque Oswaldo Cruz) e Varginha (Parque Carlos Chagas) – não receberão obras, mas estão na abrangência do PAC no projeto de regularização fundiária das áreas (TRINDADE, 2009).



Rua Uranos, na Vila Turismo. Outubro, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Saneamento e calçamento no COHAB Samora Machel. Abril, 2009. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.



Obras de esgotamento sanitário no Parque João Goulart. Outubro, 2008. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.



Calçamento no COHAB Nelson Mandela. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Colunas dos prédios em construção na antiga Embratel II. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Lançamento do PAC Mangueiras. Março, 2008. Acervo LTM.  
Fotos Mariza Almeida.

### Atores no nível nacional: o governo federal

O governo federal é o articulador e financiador do PAC, e três grandes instituições estão no comando do programa: a Presidência da República, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A Presidência da República, através do Gabinete da Casa Civil, é responsável pela concepção e pela coordenação do PAC em todo o Brasil. Seu objetivo é retomar o investimento público, estimulando o crescimento sustentável e atingindo diferentes áreas, entre as quais infra-estrutura, transporte, saneamento, habitação e estímulo ao crédito.

O Ministério das Cidades coordena, no nível nacional, o PAC Favelas ou PAC Comunidades. Ao Estado do Rio foi destinado um montante de R\$1,68 bilhões, a ser empregado em obras na Rocinha, Mangueiras, Alemão, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, no município da Capital, e no Morro do Previtório, em Niterói (*O Globo*, 25/06/2010 – informe publicitário).

A Caixa Econômica Federal, além de fazer a gestão e o repasse dos recursos financeiros para os órgãos responsáveis pela execução do PAC, coordena os processos de montagem e divulgação dos editais que definem o que será feito, por quem e em que prazos e condições.

### Atores no nível estadual e municipal: o governo do Estado e a Prefeitura da Cidade

A parceria do governo federal com os entes federados – Estado e Município do Rio de Janeiro – é uma das potencialidades que permite os avanços em políticas públicas, como a que engloba o PAC. Assim, para fazer o PAC acontecer cada ente assume suas respectivas responsabilidades constitucionais.

O governo estadual, através da Secretaria de Obras, coordena a execução das grandes obras do eixo viário, da elevação da linha férrea, da construção da maior de equipamentos sociais de educação, saúde, cultura, lazer e de geração de trabalho e renda, envolvendo assim as demais secretarias de Governo. É também responsável pela construção das unidades habitacionais na comunidade Embratel, área ocupada no terreno da antiga Empresa Brasileira de Telecomunicações. A Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) é a responsável pública pelas obras no âmbito estadual, é ela que contrata e fiscaliza a atuação do Consórcio Manguinhos.

O governo fluminense também responde pelo Plano de Ocupação Social, ou Trabalho Social em Manguinhos, através da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Suas três principais frentes de trabalho são as seguintes: o censo domiciliar e empresarial; a gestão de impactos e o desenvolvimento sustentável, e; a regularização fundiária.<sup>1</sup>



Canteiro Social do PAC no CCDC da Varginha. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Obras no 1º DSUP. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

<sup>1</sup> Apresentação em ppt no Fórum da Cidadania – IBASE, em 11/05/2009.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro coordena, através da Secretaria Municipal de Habitação, a execução das principais intervenções de saneamento básico, construção de creches e postos de Saúde da Família. Também realiza o Trabalho Social, que envolve a intermediação entre os agentes comunitários da Prefeitura e os moradores, no sentido da mobilização para a organização e gestão comunitária, bem como a realização do censo populacional, entre outras atividades.

O Consórcio Manguinhos reúne as empresas privadas Andrade Gutierrez, EIT e Camter, que venceram os editais de licitação para a execução das obras do PAC.



Barracão de obras do Consórcio Manguinhos. Fevereiro, 2010. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.



Placa da Prefeitura no COHAB Samora Machel. Abril, 2009. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.

### Atores locais: a luta histórica e a emergência de atores no movimento popular em Manguinhos

“ O PAC acelerou o processo de reorganização do movimento social em torno de um projeto coletivo, mas também aguçou as contradições internas, tornando visíveis os vetores que tendiam à manutenção do paradigma calcado no binômio domínio de territórios fragmentados/clientelismo político.

(MADUREIRA et alii, 2008:4)

Falar do movimento popular em Manguinhos em relação ao PAC não é tarefa simples. É preciso um recuo no tempo e trazer à memória algumas ações e movimentos de ordenamento urbano e político neste território, anteriores a 2007, quando o PAC foi oficialmente anunciado. Importante ressaltar que na história de mais de 100 anos de ocupação e construção de identidades e alianças afetivas e políticas, Manguinhos sofreu relativamente poucas intervenções públicas e nenhuma delas dispôs do volume de recursos e teve a extensão do PAC (FERNANDES & COSTA, 2009).

Falando de maneira resumida, nos anos 1980 – quando as políticas públicas começaram a refletir as mudanças trazidas pela redemocratização do Estado –, Manguinhos era representado por oito associações de moradores, além dos grupos de cultura que se reuniam em torno da Escola de Samba, dos grupos de quadrilhas juninas, e da Sociedade Independente de Cultura e Aprendizagem de Manguinhos (SICAM).

Essa organização protagonizou os movimentos de reivindicação, principalmente por creches, luz e saneamento básico. Nesse período, as intermediações pelas lideranças das associações de moradores junto aos poderes Executivo e Legislativo eram prática corrente. Nos anos 1990 e no início da década seguinte, a exemplo do DLIS Manguinhos, os movimentos locais lograram maior apoio e participação das instituições e de segmentos do poder público, em especial a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da FIOCRUZ, na busca de melhorias na infra-estrutura e da garantia dos direitos sociais e humanos, cotidianamente ameaçados pela violência física e simbólica sofrida pelas pessoas que trabalham e residem em Manguinhos.

Foi também nesses anos que tanto os grupos locais como as instituições mobilizaram-se a partir da concepção de desenvolvimento local e promoção da saúde, construindo parcerias estratégicas para alavancar mudanças nas condições de vida dos moradores. O Diagnóstico Rápido Participativo aplicado pela Fundação Bento Rubião mobilizou e congregou diversas lideranças, com vistas à constituição de um Fórum Comunitário que se chamou à época “Acorda Manguinhos” (BODSTEIN et alii, 2004). Desta mobilização resultou a continuidade e a organização de outros movimentos em Manguinhos.



Sede da SICAM na rua Luiz Gregório de Sá – Vila Turismo. Fevereiro, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Desfile da Escola de Samba Unidos de Manguinhos na rua Intendente Magalhães, no carnaval de 1991. Acervo cedido por morador.



Reunião do Fórum Acorda Manguinhos no CIEP JK. 2000. Imagem capturada do vídeo Acorda Manguinhos.



Atividade do evento Caminho da Paz com Garantia de Direitos com fechamento da rua Leopoldo Bulhões. Julho, 2005. Acervo Rede CCAP.



Atividade do projeto de educação ambiental Verde que te quero verde, sediado na Associação de Moradores do COHAB Samora Machel. 2002. Acervo cedido pela associação.



Sede da ONG CCAP, na rua Luiz Gregório de Sá – Vila Turismo. 2005. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

Historicamente, os movimentos sociais de Manguinhos mobilizam-se de forma organizada. Porém, a partir de 2006 intensificaram-se as iniciativas e os fóruns locais e da FIOCRUZ em torno da luta pela redução das violências e pelos direitos humanos em Manguinhos. O movimento da Agenda Redutora de Violências em Manguinhos e o Fórum de Ação contra a Violência dos servidores da FIOCRUZ realizaram uma série de eventos, nos quais novos atores e comunidades somaram-se ao movimento popular. Esse reforço, considerando a trajetória de alianças e apoios já conquistados junto ao Ministério das Cidades, deu condições para que Manguinhos fosse contemplado na agenda do PAC. De acordo com o pronunciamento de Patrícia Evangelista, secretária executiva do Fórum Movimento Social para Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos (FMSDES), o PAC é uma conquista dos movimentos sociais de Manguinhos.

“ Em dezembro de 2006, nós do movimento social manifestamos, em um Seminário, para o Ministério das Cidades, nossas bandeiras prioritárias: saneamento básico, infra-estrutura social e habitação saudável. (...) Depois veio o anúncio do PAC.”

Constituído em 2007, o Fórum Movimento Social para Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos tem uma composição heterogênea de atores sociais, o que demonstra que há muita gente interessada em participar e em fazer o PAC acontecer. O Fórum mantém, desde sua criação, a mobilização junto aos moradores, com reuniões permanentes. Conta com a participação de muitos pesquisadores e profissionais da FIOCRUZ e outros atores sociais de Manguinhos, além dos representantes das entidades e dos grupos que o compõem, isto é, as Associações de Moradores do Parque João Goulart, do Parque Oswaldo Cruz (Morro do Amorim), do Samora Machel, da Embratel, do COHAB Nelson Mandela, do Mandela de Pedra, e também a Agenda Redutora das Violências no Local, a Rede CCAP, a UADEMA – Defensores Ambientais, a Ação Alternativa, Cooperativa Mãos Unidas, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Manguinhos, a Associação dos Líderes Evangélicos das Comunidades de Manguinhos – ALECOM, os Agentes de Saúde do Programa Saúde da Família em Manguinhos, o Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, o Fórum da Juventude de Manguinhos, Casa Viva – Oficina Portinari, aTreVer, Grupo Música na Calçada/Escola de Música de Manguinhos, Kuarup Esportes e o Sindicato Nacional – Associação de Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC).



Encontro do FMSDES, na sala 410 da ENSP. 2008.  
Acervo FMSDES.

Entretanto, uma das principais bandeiras do Fórum de Manguinhos em relação ao PAC – a formalização e a implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do PAC-Manguinhos – não logrou êxito, gerando controvérsias e tensões entre os atores do PAC.

O Comitê de Acompanhamento foi uma promessa e a grande esperança que os movimentos sociais e moradores acalentaram como possibilidade de ver suas reivindicações e necessidades prioritárias atendidas por uma política pública.

<sup>2</sup> Patrícia Evangelista, em 11/11/08, no encontro Pacto pela Cidadania, promovido pelo IBASE e pela CEF, em [http://www.conhecendo.manguinhos.fiocruz.br/files/discurso\\_patricia\\_cef\\_11\\_nov\\_0.pdf](http://www.conhecendo.manguinhos.fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf)

“... acreditamos que a qualidade das políticas públicas e sua realização, como o PAC, está diretamente associada à participação da população nos processos decisórios, desde a sua formulação até a avaliação das mesmas. É neste contexto, que creditamos nossa esperança na possibilidade da efetivação da participação real e concreta se o Comitê de Acompanhamento do PAC, o CAP do PAC, realmente vier a se concretizar. O CAP Manguinhos no PAC, poderíamos dizer, que é uma consequência natural da mobilização da população e suas lutas em defesa da cidadania e dos direitos humanos neste território

(PIVETTA & PORTO, 2008:5).”

A intensa mobilização culminou com a elaboração, pelo Fórum, de uma proposta de regimento interno para o Comitê, num percurso de negociação com o governo estadual. Este, entretanto, decidiu, unilateralmente, não dar prosseguimento às negociações, impossibilitando, assim, a instalação do Comitê. Essa decisão foi duramente criticada pelo Fórum:

“Somente uma concepção que desvaloriza o nosso povo justifica a exclusão das organizações sociais de Manguinhos dos processos de gestão e execução de políticas públicas (...) Queremos deixar claro que nós, os moradores de Manguinhos, queremos protagonismo na gestão dos equipamentos construídos pelo PAC-Manguinhos. (...) Neste sentido, entendemos que a implementação do PAC-Manguinhos tem desrespeitado, destacadamente, o Estatuto da Cidade, no que tange a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, prevista no inciso II do Art.2.<sup>3</sup>”



Membros do FMSDES em manifestação pró-instalação do Comitê de Acompanhamento, no dia do lançamento do PAC pelo Presidente Lula, em Manguinhos, 07 de março 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

<sup>3</sup> Dossiê Manifesto de Avaliação-Propositiva 11 Meses do PAC-Manguinhos, do Fórum Social de Manguinhos. Em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie\\_manifesto\\_11meses\\_pacmang\\_vfinal\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf)

A Prefeitura e o Estado responderam à exigência de acompanhamento do PAC, pelo Governo Federal, com a promessa de realização do chamado Trabalho Social do PAC. Essa instância, todavia, até meados de 2009 não havia apresentado qualquer resultado ou mesmo estimulado o diálogo com o movimento social organizado.

“ a sustentabilidade das intervenções governamentais depende do envolvimento do cidadão, em especial, no caso do PAC, do morador de favela. Esse(a) poderia, por meio do seu envolvimento, exercitar a cidadania, tonar-se um(a) protagonista no processo e até ter um papel ativo na gestão compartilhada dos bens públicos.<sup>4</sup> ”

A Comissão de Moradores de Vila Turismo é um importante movimento que emergiu a partir do PAC e seu foco de ação é a defesa do direito à moradia através da discussão coletiva. A partir da mobilização, com um abaixo assinado com mais de cem famílias, provocou, juntamente com moradores do Alemão, da Rocinha, do Pavão-Pavãozinho, do Cantagalo e do Alto da Boa Vista, uma audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara de Deputados em Brasília, para discutir o registro de posse de suas moradias. Resultou também dessa mobilização a abertura de um processo de titulação no Ministério Público estadual para o reconhecimento de posse dos seus imóveis pela justiça.

“ A intenção é nos resguardarmos de qualquer ato arbitrário por parte dos órgãos públicos e darmos um passo adiante na defesa do nosso direito à moradia saudável.<sup>5</sup> ”

<sup>4</sup> RELATÓRIO Nº 7/Maio de 2009. 2º Encontro do Fórum da Cidadania, promovido pela Caixa Econômica Federal e pelo IBASE.

<sup>5</sup> Comissão de Moradores da Vila Turismo. Boletim Informativo nº 4, de 15/03/2008. Impresso.



Canteiro do Trabalho Social da Prefeitura do RJ. Reunião dos Agentes Comunitários do Canteiro com o LTM. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida



Encontro da Comissão de Moradores de Vila Turismo, na Paróquia Santa Bernadete. Fevereiro, 2008. Acervo da Comissão.



O palco de lançamento do PAC, em 7 de março de 2008, reúne as lideranças locais. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Inauguração das intervenções no terreno do 1º DSUP, em 22/12/2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Vários atores emergiram no contexto de implementação do PAC. Entretanto, os choques e as controvérsias nas negociações em torno do PAC Manguinhos acabaram por provocar muita reviravolta entre os presidentes de associação de moradores e outras lideranças emergentes, determinando a saída de alguns e a entrada de outros.

A experiência de vida dos moradores e dos movimentos populares de Manguinhos, assim como o acúmulo de conhecimento e o compromisso social das instituições que estão neste território, tem possibilitado novos arranjos e mecanismos de assessoramento e de construção de conhecimento para a intervenção nos problemas sanitários, sociais e ambientais em Manguinhos.

O papel da Fundação Oswaldo Cruz neste processo, por sua própria condição de entidade federal e autoridade sanitária, pode ser percebido através do fomento e do apoio técnico-político a projetos de pesquisa, assistência e cooperação social no território de Manguinhos. Podem ser enumerados desde aqueles protagonizados pela Escola Nacional de Saúde Pública e seu Centro de Saúde Escola – onde foi gerado o Projeto Universidade Aberta, o DLIS Manguinhos, o Laboratório Territorial de Manguinhos e o Escritório Técnico Multidisciplinar, entre outros – até as iniciativas mais recentes da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Casa de Oswaldo Cruz e do Instituto Oswaldo Cruz. A atuação dos gestores e trabalhadores da FIOCRUZ tem contribuído para a construção de alternativas inovadoras nas políticas públicas e para a consecução de uma visão radical de promoção da saúde, aquela capaz de enfrentar os determinantes socioambientais e ético-morais das condições de vida da população local.



Encontro de Educação em Saúde, 1998. Acervo CSEGSF.

“ (...) Devemos criar neste local tão lindo em que vivemos, um espaço de convívio o mais direto possível, para que possamos nos encontrar, funcionários, pesquisadores, olho no olho, como acontecia na época de Oswaldo Cruz. Temos de recuperar este espaço de convivência democrática, mas sabendo, também, que aqui perto, como vizinha, nos olhando de forma vigilante, está a favela, que não deixará que esse convívio se faça sem que esteja presente, em nosso trabalho, o compromisso social.<sup>6</sup>”

<sup>6</sup> Discurso de posse de Antonio Sérgio da Silva Arouca, na presidência da FioCruz. Boletim FioCruz, maio de 1985. Impresso.



Atividade do LTM na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no Parque João Goulart em Manguinhos. Novembro, 2009. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias, CSGSGF/ENSP. 2011. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

A inserção institucional da FIOCRUZ no território de Manguinhos, também é um processo tenso e contraditório, pela disputa de visão da missão e papel institucional, não só internamente entre os vários grupos de pesquisa, ensino e extensão, como também com os outros entes públicos e com os movimentos sociais.

Internamente, uma das tensões é bem expressa na fala da pesquisadora Maria Paula Bonatto, do Projeto Tecendo Redes – Museu da Vida/FIOCRUZ:

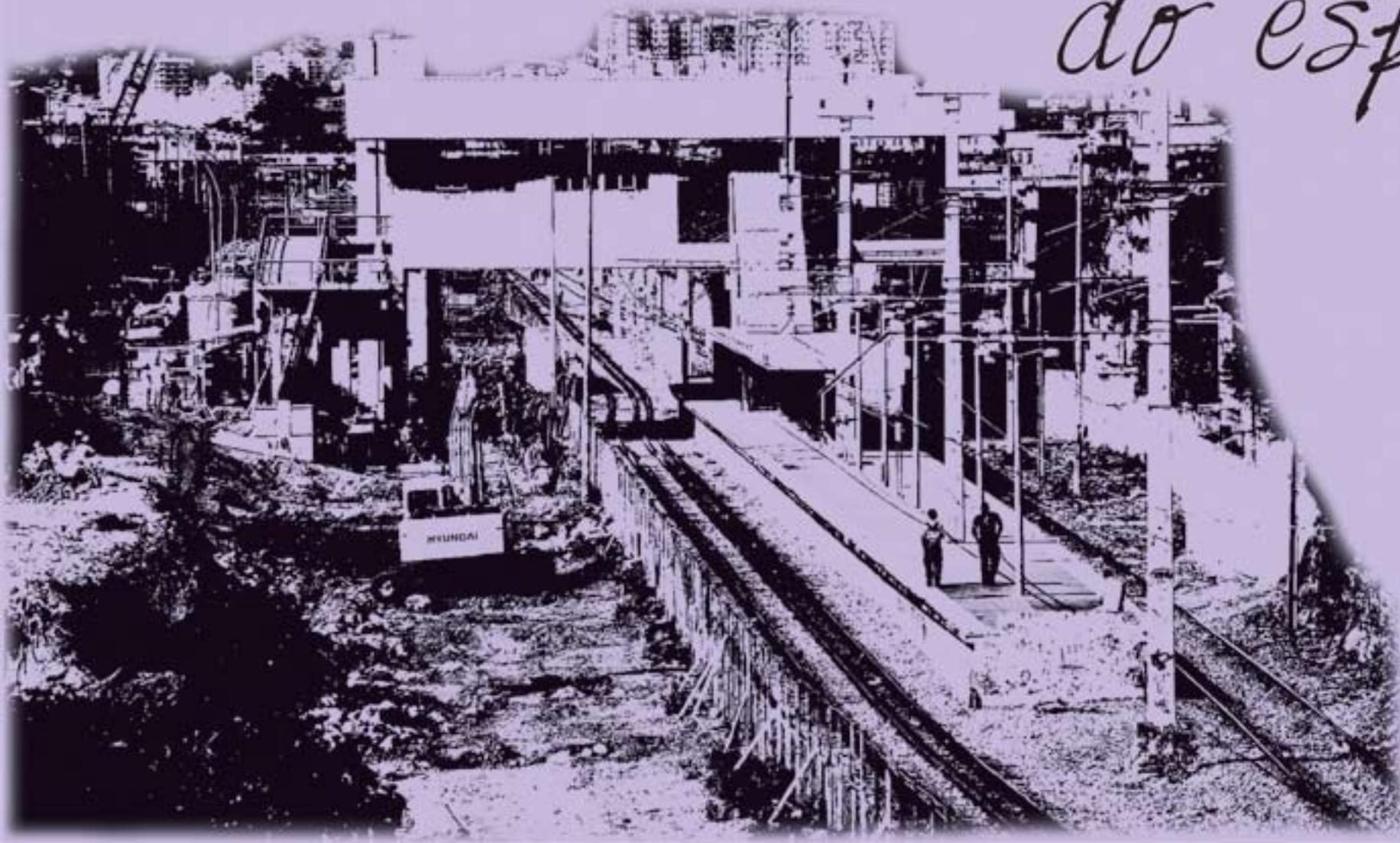
“ *Nós temos a ilusão de que estamos fora desse território pelo muro que nos divide, pela guarda que nos defende nos portões... Porque nós temos acesso ao governo federal para dizer o que está acontecendo aqui e nós não nos posicionamos. Nós nos posicionamos o tempo todo enquanto ciência isenta, enquanto ciência que produz teoria...* ”



FIOCRUZ pra Você – atividade em que a instituição abre o campus em Manguinhos à visitação pública. Agosto 2005. Acervo CCS/ FIOCRUZ. Foto Andre Az.

A esperança na participação social e cidadã dos sujeitos de direitos, frustrada na implementação do PAC, como um marco para a governança democrática local não só para Manguinhos, mas um avanço na gestão de políticas públicas em geral, é revigorada agora com as potencialidades que se anunciam com a implementação do Territórios Integrados de Atenção à Saúde – TEIAS Escola Manguinhos, uma parceria entre a FIOCRUZ e a Prefeitura do Rio de Janeiro, para a gestão de saúde no território.

# AS TRANSFORMAÇÕES *do espaço*



“ (...) que mudassem mesmo a vida das pessoas, e que principalmente as pessoas que sofressem por estas intervenções, que fossem participantes ativas desse processo que as coisas não viessem como sempre vêm, de cima para baixo.

Ludmila Cardoso<sup>1</sup>”

O PAC, sem dúvida, traz grandes transformações ao território de Manguinhos. Como toda política pública, é resultado de muitos acordos entre pessoas ou grupos, que usam os espaços da cidade conforme seus interesses: o interesse político dos governos e de parlamentares, dos movimentos sociais e de lideranças locais, o interesse econômico-financeiro de empreiteiras, a necessidade de moradia da população, os negócios ilícitos do tráfico de drogas, os interesses religiosos ou outros. Assim, cada lugar da cidade é um “território usado”<sup>2</sup>, um espaço humano, construído e habitado por pessoas.

Em Manguinhos não é diferente. Em mais de 100 anos de história, este território deixou de ser um manguezal, com suas fazendas agrícolas, um lugar “fora da cidade”. Por aqui foram chegando pessoas, instituições e empresas, nos trilhos da Estrada de Ferro do Norte, ainda no século XIX. Muitas pessoas construíram este lugar, desde a Comunidade do Amorim, ainda em 1901, até a Embratel II ou Nova Mandela, em 2007, passando pela Varginha e mais as outras 11 comunidades que hoje compõem Manguinhos (FERNANDES & COSTA, 2009).



Instalações desativadas do antigo 1º Dsup, na avenida D. Helder Câmara. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Vista panorâmica da área do 1º Dsup durante as obras. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

<sup>1</sup> Membro do LTM e moradora de Manguinhos.

<sup>2</sup> Conceito elaborado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, “território usado” é o espaço geográfico que resulta tanto do processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas. É o espaço que é construído pelas pessoas. É sinônimo de espaço humano, espaço habitado.



Estação de trem de Manguinhos no início do século XX. Imagem capturada em [www.estacoesferroviarias.com.br/ef](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ef)



Estação de Manguinhos. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Com o PAC, os lugares de Manguinhos adquirem novas funções. Nos espaços físicos, onde antes havia empresas e instituições, hoje há casas, escolas, ambulatórios, praças etc. A área ocupada pelo 1º Departamento de Suprimento do Exército – D<sup>SUP</sup>, na avenida Dom Hélder Câmara, o terreno da EMBRATEL, na rua Leopoldo Bulhões, e a via férrea, entre Benfica e Bonsucesso, que está sendo elevada, são os principais espaços de intervenção.

O que todos nós perguntamos é se as transformações do espaço pelo PAC, neste território, possibilitarão, por si só, a constituição de espaços públicos capazes de recriar social e simbolicamente o bairro, tornando-o livre da marca de espaço violento, como é atualmente caracterizado pela sociedade carioca.



Vista do telhado de prédio da antiga Embratel, à direita, e de casas construídas no terreno da empresa. Dezembro, 2008. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Foto Claudia Trindade.



Terreno da EMBRATEL em obras. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

## 1º DSUP: DA DEFESA NACIONAL AOS ESPAÇOS DE CIDADANIA?

Ocupando uma área de aproximadamente 80.000 m<sup>2</sup>, o antigo 1º Depósito de Suprimento do Exército Brasileiro – 1º Dsup, localizado em Manguinhos, hoje abriga a grande maioria das obras do PAC.

Conhecido simplesmente como “quartel” pelos moradores, o antigo depósito faz parte da história da comunidade. Tendo parte dos seus edifícios datados de 1914, o local servia de armazém-entrepósito onde os suprimentos, que chegavam pela antiga linha férrea, eram estocados e depois distribuídos. Também funcionou como mercado da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Poucas são as histórias que se ouve falar do antigo “quartel”. Alguns moradores mais antigos contam que havia, no local, a distribuição de cestas básicas, realizada pelos próprios militares.

Nos dias atuais, este local, onde o morador era impedido de entrar, renasce com a promessa de reintegrar toda a comunidade. Se antes era um espaço de acesso restrito ao Exército, hoje, suas praças, a escola, a biblioteca, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), as moradias, o Centro Esportivo, o Centro de Geração de Renda, o Centro de Referência para a Juventude e a Casa da Mulher são espaços potenciais para o exercício da cidadania.



1º Dsup no início da reforma (no detalhe, a data da sua construção). Outubro, 2008. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.





1º Dsup: no início das obras, ainda com a fachada antiga. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



C.E. Compositor Luís Carlos da Vila. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Anastácia dos Santos.

## O Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila

Inaugurado em fevereiro de 2009, o Colégio Estadual Compositor Luís Carlos da Vila teve seu nome contestado pelos moradores que achavam que a homenagem deveria ser feita a uma personalidade local. Possui 14 salas de aula, laboratório de ciências e salas para eventos, com capacidade de atender até 2.500 alunos de nível médio e da educação de jovens e adultos, divididos em três turnos. O colégio era uma das demandas antigas da região, que possuía apenas uma escola pública de ensino médio.

## Biblioteca Parque

Criada com o propósito de ser referência para os moradores, a biblioteca possui 3.000 m<sup>2</sup> de área e é gerida pela Secretaria Estadual de Cultura. Está equipada com salas de vídeo e música, teatro, conta com acesso gratuito a internet e oferece atendimento aos portadores de necessidades especiais, entre outros serviços. Foi inspirada nos modelos colombianos de equipamentos públicos para lugares de pobreza.

Está planejado ainda um espaço, no interior do prédio da biblioteca, no qual funcionem um cinema e um teatro, mas no momento da inauguração este ainda não se encontrava pronto.



Inauguração da Biblioteca Parque de Manguinhos. Abril, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Interior da Biblioteca Parque Manguinhos, antes da inauguração. Dezembro, 2010. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Piscina olímpica. Novembro, 2010. Acervo particular de Ilza Pereira.



Quadra poliesportiva no Viradão Esportivo. Novembro, 2010. Acervo particular de Ilza Pereira.

## O Centro Esportivo

Construído ao lado do CE Luís Carlos da Vila, o centro tem como missão promover uma cultura saudável através dos esportes. Primeiro espaço de recreação para a comunidade feita pelo governo estadual, possui um ginásio coberto de 700 m<sup>2</sup> – com quadra poliesportiva e arquibancada para 300 espectadores sentados e vestiários –, duas piscinas – uma olímpica e uma semi-olímpica –, banheiros e parte administrativa. Logo depois de inaugurado, passou mais de três meses fechado devido à inexistência de uma política de utilização e manutenção.

## UPA – Unidade de Pronto Atendimento

Ocupando uma área de 2.400 m<sup>2</sup>, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos era a maior do estado quando foi inaugurada, em 29 de maio de 2009. Possui 21 leitos, seis consultórios, laboratório para análises clínicas, farmácia e sala de raio-X. É o único serviço de atendimento de urgência da região.



UPA – Unidade de Pronto Atendimento. Dezembro, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Conjunto de apartamentos construído pelo PAC no antigo Dsup. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Fotos Gleide Guimarães.

## A Moradia

É a demanda da mais elevada prioridade na região e o PAC vem suprir parte dela. Os conjuntos habitacionais no Dsup, onde foram construídos 416 apartamentos de 31 m<sup>2</sup> (a casa-modelo apresentada inicialmente tinha 45m<sup>2</sup>; posteriormente, a promessa era de casas de 45 m<sup>2</sup>, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e quintal<sup>3</sup>), destinavam-se aos moradores removidos das áreas de risco ou a intervenções do PAC, como a construção de vias. A inauguração ocorreu em dezembro de 2009.

## Casa da Mulher

Tem como compromisso ser referência para as mulheres da comunidade, auxiliando-as em questões relacionadas à saúde, trabalho, meio ambiente, direito e educação. Será a sede do projeto Mulheres da Paz, que “tem como objetivo incentivar mulheres, por meio de transferência direta, a construir e fortalecer redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens expostos à violência”. Faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), vinculado ao Ministério da Justiça.



Casa da Mulher, vista da entrada. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

<sup>3</sup> “Modelo de casa do PAC em Manguinhos já está pronta”, em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL455185-5606,00.html>, de 06/05/08.



Centro de Geração de Renda, vista da entrada. Fevereiro, 2010. Acervo LTM.  
Foto Consuelo Nascimento.

### Centro de Geração de Renda

Espaço criado com o intuito de qualificar o morador a fim de que este possa ter meios de subsistir e ingressar no mercado de trabalho, o centro oferecerá cursos como estética, informática, bombeiro hidráulico e eletricista e gastronomia. A proposta do curso de gastronomia é preparar alunos para servirem como garçons/garçonetes e auxiliares de cozinha. Porém, o principal objetivo do centro é preparar mão de obra para os grandes eventos esportivos que o Brasil irá sediar, como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

### Centro de Referência da Juventude – CRJ

Espaço destinado à qualificação de jovens, o centro oferecerá cursos como rádio e TV, gastronomia, auxiliar de escritório, *webdesigner*, aula de música, boxe e DJ. Foi projetado para atender 1.200 jovens.



Centro de Referência da Juventude, vista da entrada. Fevereiro, 2010. Acervo LTM.  
Foto Consuelo Nascimento.



Linha férrea e, ao fundo, a estação de Manguinhos. Outubro, 2008. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.

## ELEVAÇÃO DA VIA FÉRREA

A obra de elevação da via férrea foi motivo de intensas discussões desde que se anunciou o PAC na região. As tensões e os conflitos de interesses que permearam as intervenções do PAC Manguinhos começaram com a definição das prioridades.

Para os movimentos sociais e moradores, os recursos desta obra – que, segundo técnicos do governo, representam 40 % do total investido em Manguinhos – deveriam ser aplicados na construção de mais casas e no saneamento básico de comunidades que ficarão de fora das obras do PAC, como o Parque Carlos Chagas. O discurso de Patrícia Evangelista, secretária executiva do Fórum Social de Manguinhos, expressa essa opinião:

“*Temos inúmeras necessidades em Manguinhos, por isso vemos a elevação da linha férrea como elemento secundário para a nossa qualidade de vida, diante da demanda urgente de saneamento básico e moradia para todos.*”<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Discurso no Fórum do Pacto pela Cidadania do IBASE, em 11/11/08. Disponível em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso\\_patricia\\_cef\\_11\\_nov\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf)



Obras iniciais das pilstras para a elevação da via férrea. Abril, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.

Apesar dos questionamentos, a elevação da via férrea, iniciada em setembro de 2008, foi uma das primeiras obras do PAC em Manguinhos, uma vez que sua prioridade já estava definida pelo poder público. As primeiras mudanças nos espaços de Manguinhos foram sentidas pelos moradores e por todos que transitam pela rua Leopoldo Bulhões e na via férrea. Houve a desativação de uma das linhas de trem da Central do Brasil-Saracuruna e o fechamento de pista da rua Leopoldo Bulhões sentido Benfica-Bonsucesso, que passou a operar em mão dupla. O tráfego de veículos ficou bastante intenso, dificultando a travessia de pedestres, uma vez que não foram colocados sinais de trânsito.



Segundo o vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão:

“Essa é a grande estrela do projeto de urbanização de Manguinhos, já que, naquela área, será construída uma grande “rambla”, quadras esportivas, ciclovia, boxes para comércio e espaço para serviços...”<sup>5</sup>

O Parque Metropolitano, que se tornará a principal área verde da região, fará a integração entre os dois lados de Manguinhos, hoje cortados pela rede ferroviária. A proposta é usar essa área de integração entre os moradores para dar fim a uma idéia de cidade partida naquela área... Uma obra de arte a céu aberto.<sup>6</sup>



Vista panorâmica das pilastras de elevação da férrea. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Vista aérea, através de maquete eletrônica, do Parque Metropolitano. Fonte: [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html), acesso em 16/07/2010.

Segundo o arquiteto Mário Jáuregui, autor do projeto, a “rambla” de Manguinhos foi pensada para desmontar real e simbolicamente a divisão que existe nesta região<sup>7</sup>. Ao contrário da Rambla de Barcelona, um passeio público no centro turístico da cidade espanhola e fonte de inspiração do arquiteto, a “rambla” de Manguinhos ficará embaixo da via férrea, o que nos leva a interrogar se os riscos e ruídos cotidianos da via férrea permitirão uma utilização plena e saudável do Parque Metropolitano-Rambla Manguinhos pelos moradores e demais cidadãos.

<sup>5</sup> Canteiro de Obras – Informativo da Secretaria de Estado de Obras, ano 2, n. 21, dezembro de 2008.

<sup>6</sup> Canteiro de Obras – Informativo da Secretaria de Estado de Obras, ano 2, n. 32, novembro de 2009.

<sup>7</sup> Matéria disponível no site [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html). Acesso em 08/04/2010



Desenho do arquiteto Mário Jorge Jauregui. Figura das Ramblas – vista global.  
Fonte [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html), acesso em 16/07/2010.

A elevação da via férrea tornou-se obra prioritária devido à falta de projetos do governo do estado para garantir os recursos do PAC pelo governo federal. Quando essas verbas foram asseguradas, foram então aproveitadas as recomendações feitas pelo Consórcio PAA Agra, contratado pela Prefeitura em 2003-2004 para realizar o diagnóstico do território com vistas à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos (PDU), incluindo o desenho do Parque Metropolitano-Rambla Manguinhos. O relatório, na verdade, recomenda que, após a solução dos problemas de saneamento e moradia, poderia se fazer a elevação para equacionar um problema, identificado pelo PDU, de divisão territorial causada pelos muros da via férrea. No entanto, quando o PAC Manguinhos foi lançado acabou havendo uma alteração na ordem das prioridades sugerida no relatório.<sup>8</sup>

“Outro problema geral da área é a barreira constituída pela divisão territorial imposta pela linha do trem (SuperVia) e seus muros de proteção, que dificultam tanto a comunicação entre os lados leste e oeste das comunidades, quanto constitui uma faixa de risco no trânsito pela região, que o Plano deverá equacionar.<sup>9</sup>”

<sup>8</sup> Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico. Consórcio PAA Agra. Agosto de 2004.

<sup>9</sup> Idem, p. 125

### **EMBRATEL: DA EMPRESA À MORADIA OU DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO**

O terreno localizado na rua Leopoldo Bulhões 540, onde hoje estão construídas 480 novas moradias e uma creche, pertenceu à Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL, empresa estatal fundada em 1965 e privatizada em 1998. Com 50.000 m<sup>2</sup> de área, o terreno foi doado ao governo do Estado pela empresa em julho de 2007 (as instalações já haviam sido desativadas pela EMBRATEL em 2004).<sup>10</sup>

A necessidade de moradia e o abandono do lugar pela empresa resultaram no processo de apropriação social do terreno da EMBRATEL por um grupo de moradores de Mangueiras, que invadiram a área e ali construíram suas casas.



Panorama dos telhados das moradias da Embratel invadida aparecendo ainda, atrás, o galpão da empresa. Dezembro, 2008. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Foto Claudia Trindade.

<sup>10</sup> Matéria disponível no sítio <http://www.saquaonline.com.br/noticia/853>, publicada em 11/07/2007. Acesso em 16/04/2010.

A destinação de Manguinhos como bairro industrial, formulada pelos sucessivos governos estaduais e municipais locais desde 1927, trouxe muitas empresas para a região a partir dos anos 1960. Entretanto, o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro fez com que a partir da década de 1980 56 empresas deixassem a região, entre elas a CCPL, a General Electric, a Cisper, a CONAB e a EMBRATEL (SILVA, 2008; FERNANDES & COSTA, 2009).

Duas teses têm sido defendidas para explicar o abandono deste território pelas empresas. A primeira diz respeito ao esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro em consequência da globalização neoliberal, acentuada a partir da década de 1980, e das políticas dos governos brasileiro, fluminense e carioca. A segunda tese é que o abandono se deve ao aumento da violência na região. Essa posição é defendida pelo gerente nacional de patrimônio da EMBRATEL:

“ A EMBRATEL abandonou suas instalações em Manguinhos (aproximadamente 50 mil m<sup>2</sup>) após vários episódios de violência e intimidação. O ponto final foi quando seu terreno foi invadido durante um conflito entre traficantes e policiais (SILVA, 2008: 99).

”



Galpões da antiga CONAB no início da tomada pelos moradores para fundação da Comunidade Conab (Vitória de Manguinhos), vista da rua Leopoldo Bulhões. Novembro, 2003. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Parte ocupada da Embratel na primeira invasão e formação da Comunidade Embratel I. Outubro, 2003. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Parte ocupada da Embratel na segunda invasão e formação da Comunidade Embratel II (Nova Mandela). Dezembro, 2008. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Foto Claudia Trindade.

Em julho de 2005, com o terreno já completamente desocupado pela empresa, aconteceu a segunda ocupação. Nessa ocasião, formou-se a comunidade chamada inicialmente de Embratel II, depois Ocupação Nova Era e posteriormente Nova Mandela, que ocupou o restante do terreno. Em abril de 2007, havia ali 512 famílias, num total 1.512 pessoas (SILVA, 2008).

Entre 1998 e 2003, Manguinhos foi alvo de um projeto de construção de mil residências populares, resultante de um amplo programa, denominado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e conhecido por DLIS Manguinhos, que mobilizou empresas, instituições e movimentos sociais locais. A Prefeitura, que participava do DLIS, negociou com a EMBRATEL a construção das casas no terreno da empresa, mas as partes não chegaram a um acordo. Por conta disso, o processo de desmembramento do terreno proposto pela empresa em 2000 foi indeferido em 2003 pelo 4º Departamento de Licenciamento e Fiscalização da prefeitura (BODSTEIN et alli, 2004). Fato é que, naquele ano, quando foi iniciada uma progressiva desativação das instalações da empresa, ocorreu a primeira invasão de parte do terreno vizinho à Comunidade Samora Machel, dando origem à formação da Comunidade Embratel ou Samora II.



Rua da Floresta na Comunidade Embratel II. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

A Rua da Floresta foi assim denominada pelos moradores por ser uma alameda de árvores, a única área verde de todo o terreno. As casas e barracos foram construídos sob as árvores, preservando esta área.

Em agosto de 2008 foi iniciada a retirada das casas e barracos para preparar o terreno para a construção dos prédios de apartamentos e uma creche, com a promessa de construção de "672 unidades habitacionais, divididas em 19 blocos e 38 prédios".<sup>11</sup>



Entrada da Comunidade Embratel II, na rua Leopoldo Bulhões: parte ainda ocupada no início das obras do PAC. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

<sup>11</sup> [http://www.emop.rj.gov.br/noticia\\_dinamica1.asp?id\\_noticia=211](http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=211) (de 15/09/2009)



Terreno da EMBRATEL já totalmente desocupado. Fonte [http://www.emop.rj.gov.br/not\\_print.asp?id\\_noticia=211](http://www.emop.rj.gov.br/not_print.asp?id_noticia=211), acesso em 08/02/2010.



Terreno da EMBRATEL sendo preparado para as obras. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Vista da entrada para os galpões da antiga Embratel no início das obras Comunidade Embratel II. Novembro, 2008. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Construção de creche no terreno da EMBRATEL, na rua Leopoldo Bulhões. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Início da construção dos prédios no terreno da EMBRATEL. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



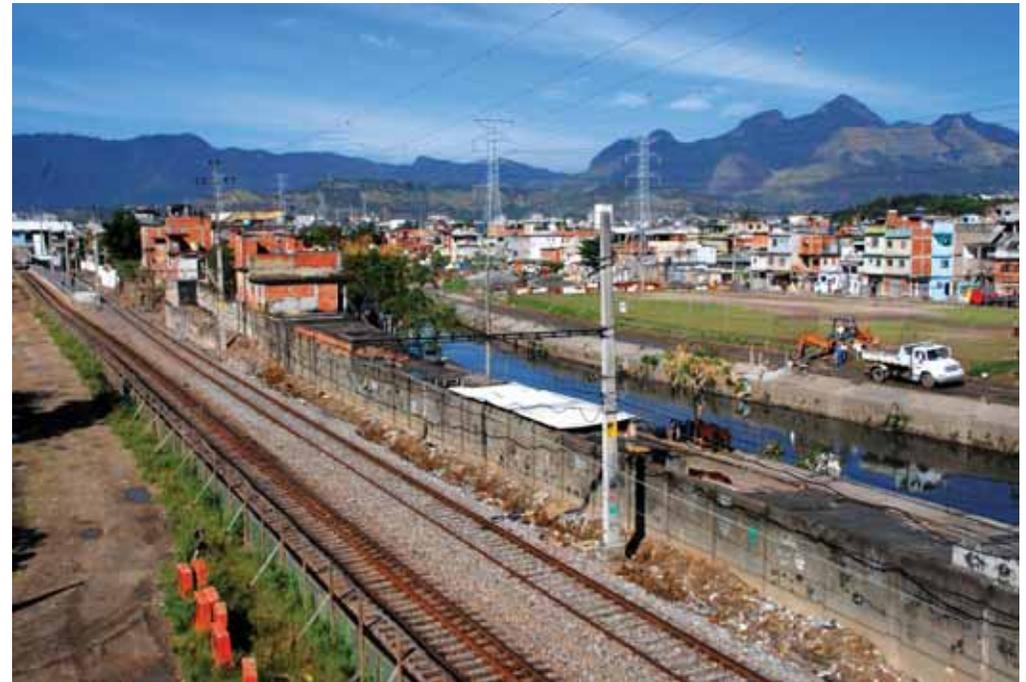
Prédios de apartamentos no terreno da EMBRATEL: 328 unidades inauguradas em 25 de outubro de 2010, na rua Leopoldo Bulhões. Fevereiro, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

## VIAS SECUNDÁRIAS: ACESSO E MOBILIDADE?

As obras para a construção de vias de grande fluxo e vias internas estão em andamento. A construção destas é outra controvérsia surgida no início do PAC Manguinhos e diz respeito às motivações e as percepções da finalidade última de tais obras pelos diferentes atores sociais. De um lado, o governo traz o discurso da integração e da mobilidade, acenando com a criação de vias que facilitarão a mobilidade dos moradores e o consequente acesso aos meios de transporte e equipamentos sociais fora do bairro; de outro, os moradores desconfiam que essas vias serão abertas para facilitar a entrada dos aparatos de segurança pública, agravando ainda mais a violência no lugar.

“É com cautela que comento esse assunto, pois, apesar de ser falado “a boca pequena”, é delicado dar voz ao fato. Mas o fato é [que] se abrirem as vias ligando a avenida Brasil, vindo da avenida D. Hélder Câmara, Manguinhos e Jacarezinho, terão acesso rápido da Vila do João, que é do mesmo comando, mas também facilitará o acesso do comando rival à região e poderá encorajar novas tentativas de invasão. Do mesmo modo, a circulação de viaturas da polícia também será facilitada.

Manguinhos, outubro 2009.<sup>12</sup>”



Comunidade Vila Turismo, à direita do rio, e parte do Parque João Goulart, à esquerda do rio conhecida como Beira Rio, na rua Uranos, ao longo do rio Faria Timbó, onde foram removidas moradias para a construção de vias. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

O PAC retoma ideias de projetos antigos e inicia as obras. As vias de grande fluxo ligarão a rua Uranos a Leopoldo Bulhões e esta à avenida Brasil, em dois trajetos, e serão de responsabilidade do governo estadual. Um trajeto ligará a Uranos à Leopoldo Bulhões na altura dos Correios, margeando o canal do Cunha, pelo terreno da refinaria de Manguinhos e se ligará a uma ponte em balanço na avenida Brasil. A outra via liga a rua Uranos à Leopoldo Bulhões, na Comunidade Nelson Mandela, e, margeando o rio Jacaré, alcança o canal do Cunha e também desemboca na avenida Brasil.

<sup>12</sup>O tema abordado pode colocar em risco a vida das pessoas, por isso não identificamos a fonte.



Rua Leopoldo Bulhões, uma das grandes vias de acesso, no início das obras do PAC. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza de Almeida.



Comunidade Mandela de Pedra, ao longo do canal do Cunha, à direita, será parcialmente removida para a construção de via. Julho, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Avenida Brasil, sobre o canal do Cunha. Setembro de 2008. Acervo LTM. Foto Marcelo Firpo.



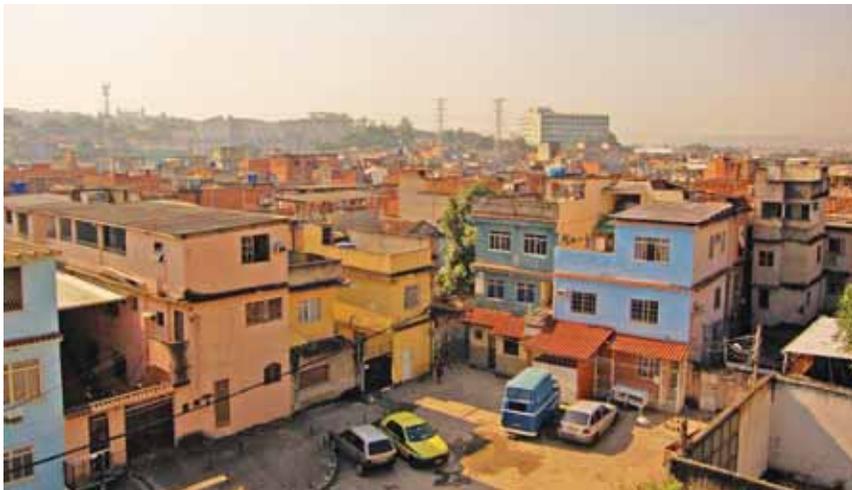
Moradias na Comunidade Nelson Mandela, na junção dos rios Faria Timbó e Jacaré, nas proximidades do canal do Cunha. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Rua Maravilha, às margens do rio Jacaré, na Comunidade CHP2. Dezembro, 2009. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Rua Santana do Livramento – Vila Turismo. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Rua Hespéria – Vila Turismo. Setembro, 2010. Acervo LTM. Foto Fabiana Melo Sousa.



Rua Gil Grafé – Vila Turismo. Setembro, 2010. Acervo LTM.

A construção das vias internas, que inclui a desapropriação de casas, está sob a responsabilidade da Prefeitura. Elas localizam-se na Comunidade CHP2 (rua Maravilha), e na Comunidade Vila Turismo (ruas Santana do Livramento, Hespéria e Gil Gafrée e travessa Kindia).

O diagnóstico realizado para o Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Manguinhos em 2003-2004 já apontava que uma malha que interligasse todas as atividades sócio-econômicas da região, particularmente as atividades artístico-culturais, poderia servir de importante elo propulsor para o desenvolvimento local. Indicava também que outro problema para a mobilidade e integração era a barreira imposta pela linha de trem e os muros de proteção, que geram sérios problemas de transporte e circulação.

Embora conte com eixos e vias importantes (avenida Brasil, Linha Amarela, Linha Vermelha, rua Leopoldo Bulhões, avenida dos Democráticos, avenida Dom Helder Câmara), o transporte não é adequado, uma vez que os moradores de Manguinhos não se beneficiam das articulações dos eixos. Há fragmentação nas linhas que conectam o bairro a outros lugares da cidade, bem como falta de ligações locais que facilitem as conexões com as principais vias e a ferrovia.

A principal questão é saber se essas obras trarão realmente melhorias no acesso da população de Manguinhos à cidade. Será que elas proporcionarão uma melhoria do transporte público, uma maior oferta de empregos, que possibilite o real acesso aos bens sócio-culturais da cidade?

# O PAC E SEUS IMPACTOS

*sobre a vida das pessoas*



“ Não se pode avaliar as casas das pessoas mensurando apenas a medida das construções, benfeitorias etc. É necessário também utilizar o critério humano, levando em consideração os impactos sociais que o deslocamento (contra a vontade) causa na vida das pessoas. O que a Prefeitura pretende é nos desterritorializar, acabar com nossas referências, da mesma forma que quase fez no passado... se faz no presente, quando se trata de populações pobres... O PAC tem que nos trazer soluções e não nos criar problemas.

Gílson Alves<sup>1</sup>

As intervenções já estão concluídas em sua grande maioria, mas ainda existem muitas incertezas sobre o que, de fato, as obras do PAC irão alterar nas condições de vida das pessoas que moram e trabalham em Manguinhos. Buscamos, assim, retratar aqui o que muda e o que permanece, e por vezes se agrava, nos riscos

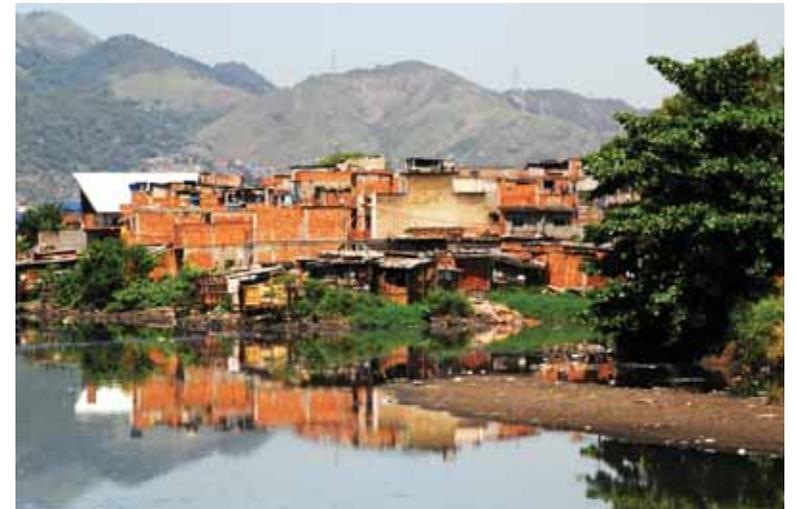
socioambientais – moradia, transporte, saneamento, lazer, educação e cultura, empregabilidade, e outros aspectos do que consideramos serem os determinantes sociais da saúde – que afetam as pessoas e os lugares onde vivem, e que definem a saúde do território.

“ O que queremos mostrar, por exemplo, é uma foto do esgoto embaixo do varal de roupas do bebê. Tem o velho problema do saneamento, mas tem criança nascendo e brincando aqui...

Gleide Guimarães<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Membro da Comissão de Moradores de Vila Turismo. Texto-mensagem para o grupo da Agenda Redutora de Violências em Manguinhos (agendaredutora@yahoo.com.br), enviado em 31/03/2008.

<sup>2</sup> Membro do LTM e moradora do CCPL, Manguinhos.



Fundos do Conjunto Habitacional Nelson Mandela, às margens do canal do Cunha. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Marisa Almeida.



Quadra 29 do Conjunto Habitacional Nelson Mandela. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Marisa Almeida.

## MORAR EM MANGUINHOS

“

*Aqui onde eu moro, graças a Deus, não tem “certas coisas” que têm lá dentro. Aqui é bom, esse pedacinho aqui é muito bom, mas muito bom mesmo! Aqui tem tudo – supermercado, farmácia, condução pra tudo quanto é lugar. Daqui eu não pretendia sair nunca...*

Alzira Ferreira Amaral<sup>3</sup>

”



Rua Capitão Bragança, Vila Turismo. Dezembro 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

---

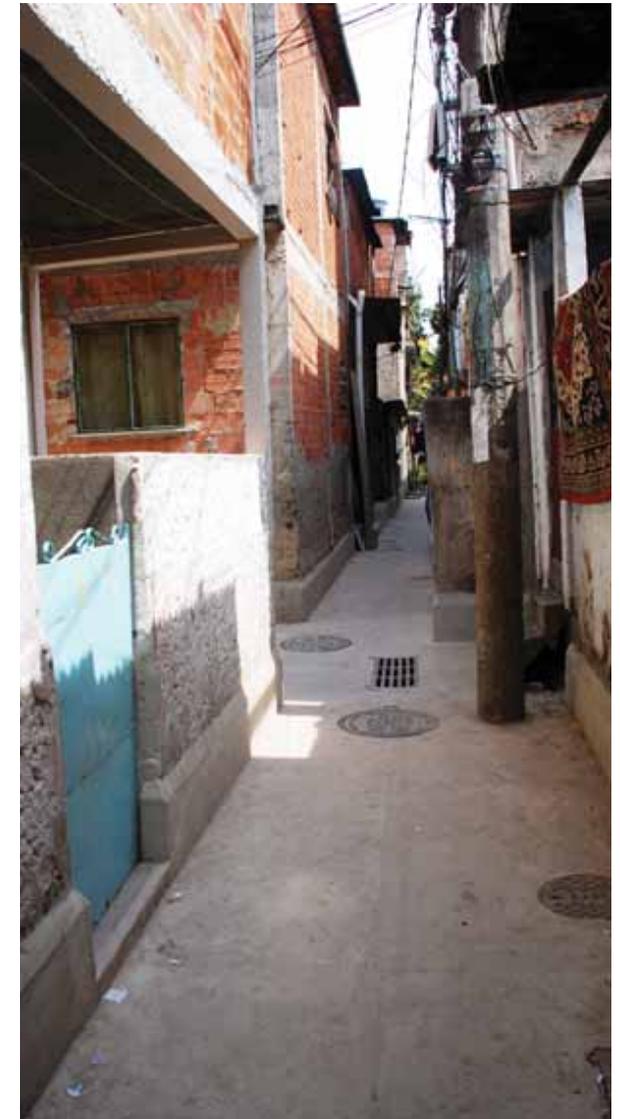
<sup>3</sup> Moradora da Vila Turismo, cuja casa será demolida para abertura de via.



Rua Rosa da Fonseca, Comunidade do Amorim (Parque Oswaldo Cruz). Abril, 2004. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Casas de madeira construídas na década de 1950 na rua Santo Herculano, Comunidade Parque João Goulart. Janeiro, 2005. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Rua Miranda, quase na esquina com a Rua Flávia, na comunidade CHP2. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Casa de madeira original, na Rua São José – Parque João Goulart. Janeiro, 2005. Acervo LTM. Foto Isabel Cristina Martins.



Vista panorâmica da Comunidade Parque João Goulart, à esquerda, e CHP2, ao fundo da estação Manguinhos. Março, 2010. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Rua Oswaldo Cruz, às margens do rio Faria-Timbó – Parque Carlos Chagas (Varginha). Novembro, 2003. Acervo LTM. Foto Isabel Cristina Martins.



Rua Miranda, Comunidade CHP2. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Comunidade Nelson Mandela, no encontro dos rios Faria-Timbó e Jacaré, na divisa com o campus da Fiocruz. Agosto, 2008. Acervo LTM. Foto Marcelo Firpo.



Rua do Conjunto Habitacional Nelson Mandela. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Prédio na rua Sizenando Nabuco – Comunidade do Amorim. Fevereiro, 2004. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.



Prédios novos do PAC na avenida Dom Hélder Câmara. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.



Palafitas no encontro dos rios Jacaré e Faria-Timbó, na Ilha das Cobras, Comunidade Parque Carlos Chagas – Varginha. Início dos anos 1980. Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Matida.

Paralelamente à urbanização, que vem sendo feita de forma sempre parcial, os bolsões de pobreza se deslocam, ressurgindo em outras áreas de risco, constituindo novos espaços de grande vulnerabilidade socioambiental dentro do próprio território.



Comunidade Mandela de Pedra, às margens do canal do Cunha. Julho, 2004. Acervo Mariza Almeida. Foto Mariza Almeida



Moradias às margens do rio Jacaré, na Comunidade Vila União. Início da década de 1980. Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Matida.



Moradias às margens do rio Jacaré, na Comunidade Vila União, à direita, e CHP2, à esquerda. Dezembro, 2009. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Barracos na Comunidade Mandela de Pedra. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

“ E aí eles ficam falando tanto de invasão ou de habitação irregular: “Ah, tá! Toda hora se criando favela”. Claro que se cria favela! Claro que se cria favela! Se removeu, faz um negócio sério, remove, bota num conjunto, dá dignidade à pessoa, e ocupa aquele espaço. Ocupa já, cria uma praça, um centro esportivo, um hospital, sei lá, façam o que tem que ser feito, os governantes que façam o seu trabalho e de maneira digna e decente. Mas não, remove hoje, fica, fica, fica e aí o pessoal bota de novo.

Valdecir Júnior<sup>4</sup> ”

Um exemplo das incertezas quanto aos projetos – e, ao mesmo tempo, da força da pressão popular – é o aumento significativo no número de novas habitações que o PAC irá construir em Manguinhos. Em outubro de 2007, estavam previstas 546 unidades. Em janeiro de 2008, foram prometidas 894. Em maio do mesmo ano, após as audiências públicas, o número de habitações passou para 1.774. Podemos dizer que este aumento foi uma conjunção de dois fatores: pressão popular e a exigência da Caixa Econômica Federal (CEF), por conta da origem dos recursos.

“ De acordo com o diretor de planejamento da Empresa de Obras Públicas (Emop), Altamirando Moraes (...) “Manguinhos terá três tipos de moradia: linear, dúplex (como a construção do PAC do Alemão) e dúplex sobre linear. Todas seguirão o mesmo padrão e podem ser ampliadas em mais 18 metros quadrados, aproveitando a área do pátio, que é de 27 metros quadrados. Mas todas as obras extras terão de seguir as orientações do projeto original. (...)

<sup>4</sup> Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence?” (2009). Disponível em <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/145>

*A casa visitada nesta quarta-feira (30) pelo governador Sérgio Cabral e a primeira-dama Adriana Lacerda tem sala (13,10 metros quadrados), dois quartos (9,90 e 9,95 metros quadrados), lavabo (um metro quadrado), banheiro (1,90 metro quadrado), cozinha (4,05 metros quadrados), área de serviço (5,95 metros quadrados) e pátio (27,80 metros quadrados).<sup>5</sup>*

”

E a desconfiança se concretizou: a casa-modelo apresentada em abril-maio de 2008, tinha uma área original de 45 m<sup>2</sup>, mas o que de fato foi entregue aos moradores foram apartamentos com apenas 31 m<sup>2</sup>.



Apartamentos construídos pelo PAC no terreno da antiga EMBRATEL. Março, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Apartamentos construídos pelo PAC no terreno do antigo DSUP. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

“

*No total, em Manguinhos, vão ser construídas 1.774 unidades. Está prevista a construção de três tipos de edificações, em quatro diferentes locais: na área do 1º DSUP, 294 unidades em blocos de quatro pavimentos (dois apartamentos duplex por andar); no terreno que pertencia à EMBRATEL, 648 unidades, e no local da antiga CCPL, 660 unidades em blocos semelhantes. Na rua Uranos, mais 172 unidades em um bloco de três pavimentos, sendo o térreo ocupado por apartamentos em um único andar, e os dois de cima por apartamentos duplex.<sup>6</sup>*

”

<sup>5</sup> "Modelo de casa do PAC em Manguinhos já está pronta", em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL449369-5606,00- GOVERNO+MOSTRA+TIPOS+DE+CASA+DO+PAC+EM+MANGUINHOS.html>, em 30/04/08.

<sup>6</sup> Folha EMOP, 02/04/2008 [http://www.emop.rj.gov.br/not\\_print.asp?id\\_noticia=71](http://www.emop.rj.gov.br/not_print.asp?id_noticia=71). Acesso em 23/09/2010.

Até dezembro de 2009, apenas 416 moradores haviam recebido os apartamentos, estes construídos no antigo DSUP.<sup>7</sup> Os restantes, construídos no terreno da antiga Embratel foram entregues em julho e outubro de 2010, totalizando 896 unidades.<sup>8</sup> A construção de 660 unidades na CCPL e de 172 unidades na rua Uranos ainda são apenas uma promessa.

As incertezas continuam! Quantas famílias serão beneficiadas com as moradias construídas pelo PAC? Qual a garantia dos moradores que deixaram suas casas, sua vizinhança, de serem realocados nas novas moradias ou em moradias próximas de Mangueiros? Quais são os critérios para os distintos mecanismos adotados: aluguel social, compra assistida, indenização? Quais são os direitos e os deveres daqueles que foram atingidos diretamente pelas obras?

O governo estadual responde a essa última questão convocando os moradores que receberiam habitação a participarem de “várias etapas junto ao Trabalho Social do PAC para receber a chave de sua moradia”. Esse processo, na verdade um curso que capacitaria a morar nos prédios de apartamentos, cuja frequência dos moradores sorteados ao mesmo era a condição exigida para a obtenção das chaves dos imóveis.<sup>9</sup>

Durante o curso os moradores receberam diversos documentos: o Termo de Compromisso, o Regimento Interno, o Manual do

Morador e o Caderno de Dúvidas Frequentes. Vale destacar alguns dos deveres que constam do Termo de Compromisso: o morador não pode vender, alugar, emprestar ou abandonar seu imóvel por cinco anos; sua casa e seu bloco serão sempre vistoriados (a vistoria não será avisada com antecedência); o titular só receberá escritura definitiva do apartamento depois de cinco anos. Caso ele não cumpra com todas as obrigações, o imóvel poderá ser tomado.

O Caderno de Dúvidas Frequentes, datado de janeiro de 2010, contém orientações acerca do uso dos imóveis e esclarecimentos sobre questões como a metragem do imóvel (a informação é que existem três plantas de apartamentos, mas as respectivas áreas não são especificadas), a estrutura da rede de esgoto sólida (interligada à rede municipal), orientações para a organização do condomínio (para que os blocos não se transformem em favelas), pagamentos de taxas de luz diferenciadas, entre outras.

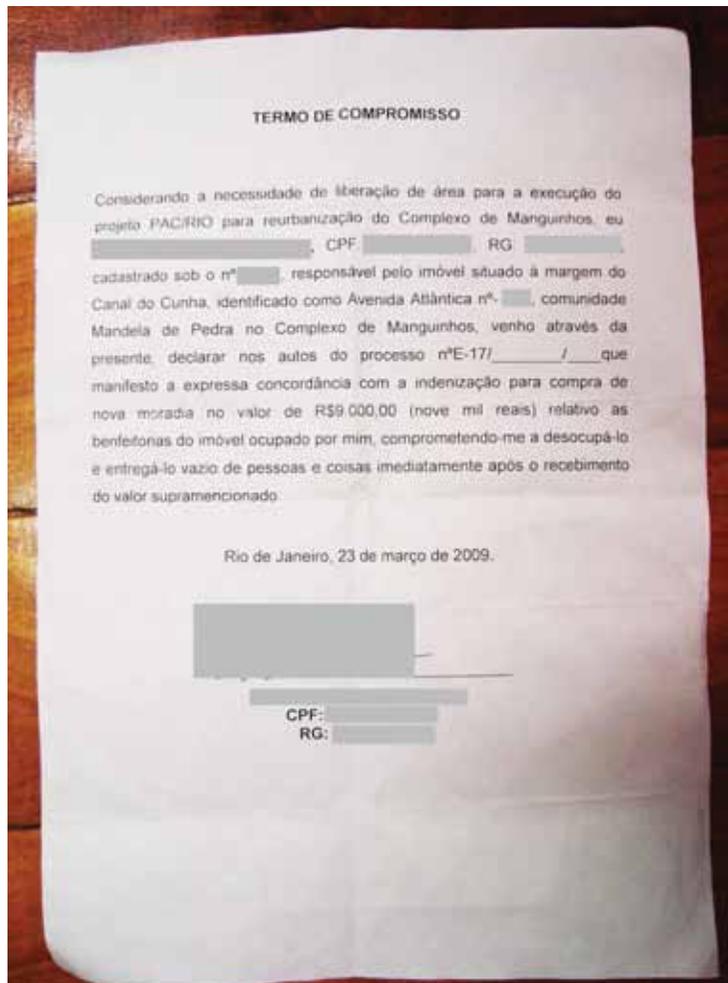
Foi entregue também aos futuros moradores um manual de operação, uso e manutenção da edificação contendo informações técnicas, planta do apartamento sem especificação das áreas dos cômodos, quadros de cargas e planta do gás, seguindo recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, juntamente com o termo de doação do hidrômetro pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE).<sup>10</sup>

<sup>7</sup> [http://www.obras.rj.gov.br/detalhe\\_noticia.asp?ident=1032](http://www.obras.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=1032). Acesso em 20/09/2010.

<sup>8</sup> [http://www.emop.rj.gov.br/noticia\\_dinamica1.asp?id\\_noticia=311](http://www.emop.rj.gov.br/noticia_dinamica1.asp?id_noticia=311). Acesso em 02/12/2010.

<sup>9</sup> “Mudança de Hábito”, Revista O Globo, 31/10/2010, p. 18-20.

<sup>10</sup> Manual do Proprietário: áreas comuns e privadas. Documento sem data, cuja identificação de origem é dada pelas logomarcas do PAC (Governo Federal, Governo do Estado, CEF e Ministério das Cidades).



Termo de compromisso<sup>12</sup> para liberar o espaço de moradia exigido pelo EMOP a uma moradora da Comunidade CHP2. Abril, 2009. Acervo COC/FIOCRUZ. Foto Claudia Trindade.

“ Nós queremos a nossa melhoria aqui, né? Que nós ‘tamos esperando. Só que não tá acontecendo, tá acontecendo por temporada. Sai hoje, saí amanhã. Eles negociam com a gente o problema do cheque, a gente chega lá pra receber o cheque e eles dizem: “Pronto, dona Adegilza, daqui a 15 dias ou então 45 dias a senhora está recebendo o seu cheque de aluguel ou então compra assistida”. Ai a gente vem embora. E volta lá de novo. Não tem cheque. Mais 45 dias (...) Haja dinheiro de passagem pra todo dia a gente ir no EMOP.

Adegilza Roseir<sup>11</sup>”

É de curso para aprender a se comportar em condomínio que estes moradores precisam? São eles que desrespeitam os acordos?

<sup>11</sup> Moradora da Comunidade Embratel II. Depoimento para o documentário “PAC Mangueiras: o futuro a Deus pertence?” (2009).

<sup>12</sup> Nota-se que não há identificação legal do órgão do governo no documento, nem o número do processo está preenchido.



Casa marcada no Mandela de Pedra. Janeiro, 2009. Acervo COC/ FIOCRUZ. Foto Claudia Trindade.



Casa marcada no CHP2. Setembro, 2009. Acervo COC/ FIOCRUZ. Foto Claudia Trindade.

“ Eles chegam, marcam as casas, aterrorizam a todos ao falar de removidos. Talvez não percebam, mas o que temos aqui foi construído com muito esforço. Não compramos a casa já pronta, nós a construímos tijolo por tijolo. A vida, a história está nas paredes, em cada viga e em cada marca. Aqui construímos nossas famílias, nossos amigos. Nenhum dinheiro no mundo paga o que conquistamos aqui, nenhuma política de habitação é capaz de suprir ou tapar o buraco que ficará em nossos corações ao ter que deixar nossos lares.

Anastácia dos Santos<sup>13</sup> ”

Duas grandes esperanças persistem: que o déficit habitacional em Manguinhos seja sanado com o PAC II e que todos recebam os títulos de posse de suas moradias, o que ainda é uma incógnita!

“ Enquanto não chega esse novo tempo, a gente vai vivendo assim. Mas não é só até quando Deus quiser, não. Até onde os políticos... que o povo quiser.

Geralda da Paz<sup>14</sup> ”

<sup>13</sup> Moradora da Vila Turismo e bolsista do LTM.

<sup>14</sup> Moradora do Parque João Goulart. Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence?” (2009).

## SANEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO

“ *As lutas das comunidades de Manguinhos, como movimento sanitaria, inclusive, pelo saneamento básico pra todos, pelo direito à moradia digna, à habitação saudável, são históricas, reiteradas, enchente após enchente. A cada nova vida perdida! Pelos rios, poluídos (por lixo industrial e doméstico), onde nossas crianças insistem em brincar. Esta bandeira foi novamente erguida diante do Ministério das Cidades, em debate sobre o Diagnóstico Sócio-Ambiental da região na Fundação Oswaldo Cruz, em dezembro de 2006... incluiu Manguinhos entre os beneficiários dos recursos das secretarias de Saneamento e Habitação da pasta, no planejamento 2008-2010...*<sup>15</sup>

”



Meninos surfando na enchente na avenida dos Democráticos, em fevereiro de 2009. Imagem capturada do documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança”. Acervo LTM.

<sup>15</sup> Dossiê-Manifesto sobre o PAC Manguinhos, do Fórum Social de Manguinhos, disponível em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie\\_manifesto\\_11meses\\_pacmang\\_vfinal\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf)



CHP2 – Avenida dos Democráticos em obras de saneamento. Dezembro, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Com base em estudos feitos no Programa DLIS em 2000, e observando as consequências das enchentes, o movimento social de Manguinhos informou sobre a necessidade de o saneamento ser prioridade, chamando a atenção para que as obras atendessem as comunidades que fossem mais vulneráveis quanto à sua organização espacial. Apesar de todos os protestos, o Parque Carlos Chagas-Varginha, que fica entre os rios Faria-Timbó e Jacaré, não recebeu nenhuma obra. Na avenida dos Democráticos as obras estão sendo refeitas pela segunda vez.

De acordo com a Secretaria de Habitação do Município, serão realizadas obras em algumas comunidades de Manguinhos: CHP-2, Vila Turismo, Parque João Goulart, Vila União e Mandela de Pedra e nos Conjuntos Habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel.<sup>16</sup>

No CHP2 serão instaladas 7.991 m de rede de distribuição de água com 1.812 ligações domiciliares; 4.084 m de rede coletora de esgoto com 1.696 ligações domiciliares; e 1.994 m de rede de drenagem pluvial; pavimentação de 9.186 m<sup>2</sup> de ruas e 5.056 m<sup>2</sup> da calçada da avenida dos Democráticos.

<sup>16</sup> Apresentação do Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar, em 16/03/2009, na sede da FIRJAN no 1º Fórum da Cidadania, uma iniciativa do IBASE, com apoio da Caixa Econômica Federal.



Vila Turismo, rua Gregório Luiz de Sá. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Na Vila Turismo serão instaladas 4.863 m de rede de distribuição de água, com 1.930 ligações domiciliares; 5.411 m de rede coletora de esgoto com 1.930 ligações domiciliares; 1.312 m de rede de drenagem pluvial; pavimentação de 22.547 m de vias.



Vila Turismo, rua Capitão Bragança asfaltada. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Obras em ruas dos Conjuntos Habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel. Julho, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.

No Parque João Goulart e na Vila União serão instaladas 4.339 m de rede de distribuição de água com 1.090 ligações domiciliares; 4.084 m de rede coletora de esgoto com 5.046 m ligações domiciliares; 2.027 m de rede de drenagem pluvial; pavimentação de 16.440 m<sup>2</sup> de vias e recuperação de 13.158 m<sup>2</sup>.

Nas comunidades Mandela de Pedra e nos Conjuntos Habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel serão instalados 16.613 m de rede de distribuição de água com 3.327 ligações domiciliares; 12.587 m de rede coletora de esgoto com 3.327 ligações domiciliares; 5.286 m de rede de drenagem pluvial; pavimentação de 24.000 m<sup>2</sup> de vias e de 5.480 m<sup>2</sup> de pavimentação da calçada da rua Leopoldo Bulhões.



Comunidade João Goulart: placa indicativa da obra. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Entretanto, todas as obras de saneamento internas às comunidades não estão sendo interligadas à rede municipal. Como afirma José Stelberto, diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro:

“...Então Manguinhos, hoje, o quê que nós vemos? Nós não temos um tronco do PDBG pra receber [esgoto].<sup>17</sup>”

“Desde abril do ano passado, 751 favelas do Rio de Janeiro estão sem tratamento de esgoto. Isso porque a Prefeitura do Rio de Janeiro e o governo do estado não chegaram a um acordo sobre quem é responsável pelo saneamento das favelas da cidade... Em abril de 2009 ... a prefeitura deixou de tratar o esgoto das favelas...Na ocasião, Rogério Souza, coordenador de obras da SMH, afirmou que a atual gestão da prefeitura cancelou o convênio, justificando que não recolhe imposto nas comunidades em questão e, portanto, não teria como prestar o serviço. A CEDAE afirma que não tem condições de voltar a tratar o esgoto das favelas em, pelo menos, um ano. Isso significa que a população desses locais ficará pelo menos mais 12 meses sem garantia de saneamento básico...<sup>18</sup>”

Os moradores de Manguinhos se perguntam: até quando continuaremos jogando o esgoto das nossas casas nos rios Jacaré e Faria Timbó?



Casa na beira do canal do Cunha, na Comunidade Nelson Mandela. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

“Agora mesmo, debaixo da minha casa tem um esgoto jorrando. Eu costumo falar, quando o pessoal passa por aqui e me chama: “Gê, o que tá acontecendo com a tua casa, mulher? Tem uma água...” “Não! Eu moro em cima das fezes” É, fazer o quê?”

Geralda da Paz<sup>19</sup>”

<sup>17</sup> Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança” (2009). Acervo LTM.

<sup>18</sup> Boletim Eletrônico do Observatório de Favelas. Quem cuida do esgoto das favelas? [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id\\_content=860](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=860). Acesso em 15/07/2010.

<sup>19</sup> Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence?” (2009).



Enchente na avenida dos Democráticos, em fevereiro de 2009. Imagem capturada do documentário "PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança". Acervo LTM.

<sup>20</sup> Moradora da Comunidade Mandela de Pedra. Depoimento para FERNANDES & COSTA (2009).

## Saneamento básico parcial, pavimentação, calçamento e... as enchentes?

“ Eu já sofri muito com enchente aqui. A primeira foi em 50 e pouco, 58. Daí pra cá sempre houve enchente. O meu barraco era alto, mas a água dava até 2 metros de altura. Era braba mesmo! Mesmo depois, quando eu fiz a casa de tijolo, entrou água aqui. Quando era barraco destruíam tudo, perdia tudo e tinha de comprar de novo. Agora não... Muita gente saiu daqui por causa dessa enchente, quem pôde saiu. As enchentes não destruíam os barracos, mas destruíam tudo que tinha dentro.

Deusdete Soares<sup>20</sup> ”



Enchente na CCPL, embaixo do viaduto de Benfica, na avenida Dom Hélder Câmara. Abril, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

## EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

“ No caso da política de educação inscrita no PAC-Manguinhos, (...) o movimento social tem denunciado que os investimentos não contribuirão para resolver os principais problemas desta área no bairro: o restrito número de vagas para o segundo segmento do ensino fundamental e educação infantil (creches), em quantidade, mas também em qualidade...<sup>21</sup> ”

Neste primeiro ano do PAC os principais investimentos em educação, cultura, esporte e lazer foram na construção de alguns equipamentos sociais: o Colégio Estadual, a Biblioteca Parque de Manguinhos, o Centro de Referência da Juventude, o Centro Cívico, a Casa da Mulher, o Centro Esportivo e praças como áreas de lazer.



Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

O principal investimento do PAC para suprir o déficit de escolas na região foi a construção, no antigo quartel 1º DSUP, de uma escola de ensino médio regular, o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, inaugurado em fevereiro de 2009. Com o anúncio do PAC para Manguinhos, algumas possibilidades foram anunciadas como certas. A construção de uma unidade do Colégio Pedro II no antigo terreno do Tribunal Regional Eleitoral, na rua Leopoldo Bulhões, foi uma delas. Mas o que parecia ser uma evocação das propostas dos fóruns de educação de Manguinhos se mostrou ser mais um exemplo frustrante de política pública dissociada da participação da comunidade.

<sup>21</sup> Dossiê-Manifesto sobre o PAC Manguinhos, do Fórum Social de Manguinhos, disponível em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie\\_manifesto\\_11meses\\_pacmang\\_vfinal\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf)

Os moradores vêm expressando, desde 2000 – quando foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), pela Fundação Bento Rubião – as necessidades na área da educação em Manguinhos: ampliação do número de escolas na região e do funcionamento das quatro escolas já existentes (Albino, Ema, Cerqueira e JK), estendendo os horários e cursos, como a Escola Ruy Barbosa, que atende aos alunos do município (ensino fundamental) de 7 às 17 horas e, à noite, atende aos do estado (ensinos médio e supletivo); implantação do ensino médio técnico em várias áreas. Algumas das demandas, por pressão do Fórum DLIS junto aos órgãos competentes, foram sendo atendidas, entre as quais a abertura de cursos de alfabetização de adultos, supletivos e pré-vestibulares em espaços públicos e comunitários.

O relatório da situação de educação, elaborado pelo Trabalho Social do PAC, mostra que os índices de analfabetismo entre jovens e adultos, bem como a evasão escolar, registrados na região são inferiores àqueles observados no conjunto do município. Entretanto, a maioria dos alunos está no nível fora da sua faixa etária: apesar de cerca de 30% dos moradores com idade entre 18 e 24 anos frequentarem alguma instituição de ensino, poucos estão cursando o nível de ensino recomendado para esta faixa etária, que seria o ensino superior. O mesmo acontece com as crianças de quatro a seis anos que estão cursando o pré-escolar: 58% delas não frequentam o nível escolar recomendado.<sup>22</sup>

Pela análise dos resultados apontados pelo DRP e pelo Trabalho Social do PAC, percebe-se que ações como a abertura de cursos de alfabetização, supletivos e pré-vestibulares provocaram uma melhoria no nível educacional de Manguinhos. Entretanto, o PAC parece desconhecer estudos antigos e o seu tardio relatório de situação não serviu para orientar as ações na área da Educação.



Escola Municipal Ema Negrão de Lima, na estrada de Manguinhos – ensino fundamental até o 5º ano. Março, 2011. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

<sup>22</sup> Caderno de Apoio Temático 1: Trabalho e Renda, Educação, Cultura, Esporte e Lazer. 2010. Série Retratos de Manguinhos. Publicação do Canteiro Social do PAC Manguinhos.



CIEP JK, na rua Leopoldo Bulhões – ensino fundamental até o 5º ano. 2003. Acervo LTM. Foto Isabel Ferreira Martins.



Escola Municipal Professora Maria de Cerqueira e Silva, na rua Leopoldo Bulhões – ensino fundamental até o 5º ano. Março, 2011. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

O CE Luiz Carlos da Vila vem se somar a outras escolas, formais e não formais, já existentes. Embora esteja projetado para atender até 2500 alunos em três turnos, segundo a Secretaria Estadual de Educação, atende de manhã e à noite, 1.500 estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola dispõe de 19 salas de aula – incluindo laboratórios de informática e de ciências, sala multimídia, auditório – e faz parte de um complexo educação-cultura-esporte-lazer, que inclui a biblioteca parque e um centro esportivo.



Creche Manguinhos na Varginha. Dezembro, 2003. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Escola Municipal Albino de Souza Cruz, na avenida dos Democráticos – ensino fundamental até o 5º ano. 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Creche Chico Bento, que funciona temporariamente no espaço de educação infantil do CIEP JK. Março, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Creche da Vila União e Parque João Goulart, na avenida Dom Helder Câmara, na divisa Manguinhos-Jacarezinho, construída pelo PAC. Junho, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Espaço de Desenvolvimento Infantil Doutor Fernandes Figueira, na rua Timbira, na Comunidade CHP2, construída pelo PAC. Maio, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Creche Doutor Domingos Arthur Machado Filho, na rua Leopoldo Bulhões, construída pelo PAC. Março, 2011. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida



Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da FIOCRUZ. Abril, 2009. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.

Existem dois importantes polos de educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio, que atendem aos moradores do bairro. Ambos contam com infraestrutura oferecida pela Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio [[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)], da FIOCRUZ, e pela ONG Centro de Cooperação e Atividades Populares – REDECCAP [[www.redeccap.org.br](http://www.redeccap.org.br)].



Sede da ONG REDECCAP na Rua Luiz Gregório de Sá – Vila Turismo. 2005. Acervo LTM.  
Foto Gleide Guimarães.



Sede do Pré-Vestibular Comunitário de Manguinhos, na Igreja Santa Bernadete. Maio, 2011. Acervo LTM.  
Foto Gleide Guimarães.

Outra importante iniciativa são os cursos pré-vestibular comunitários. O mais antigo é o Pré-Vestibular Comunitário de Manguinhos – PVCM. Esse curso

“ nasceu a partir das reflexões, iniciada com o Seminário “Educação Numa Visão Comunitária”, realizado na Paróquia Santa Bernadete, em 7 de abril de 2001, pelo Grupo de Moradores das Comissões de Lutas, pelo PVNC-Jacarezinho e pelos sócios Fundadores da ASBEN, com os seguintes convidados: Frei Davi (Educafro), Victor Valla (ENSP), Maria Tereza (UERJ), Léia Silva (CEASM), entre outros.<sup>23</sup> ”

O Pré-Vestibular Popular Construção é outro importante curso preparatório para o vestibular. Surgiu em 2001, por iniciativa da ONG Ação Alternativa, e em março de 2007 iniciou as atividades no seu polo em Manguinhos, na Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/Fiocruz, que coloca à disposição toda sua infraestrutura para a realização das aulas. O curso acolhe principalmente alunos do Complexo de Manguinhos e de outras áreas do entorno da Fundação Instituto Oswaldo Cruz.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> <http://pvcm.blogspot.com/2007/12/pvcm-pr-vestibular-comunitrio-de.html>. Acesso em 04/05/2011.

<sup>24</sup> <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Destques=1&Num=248>. Acesso em 16/05/2011.



Biblioteca Parque: fachada externa. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

A Biblioteca Parque de Manguinhos, inaugurada em abril de 2010, é um espaço multi-funcional. Além do acervo de 25 mil livros, possui um cine-teatro, uma filmoteca, com 650 DVDs à disposição, e um acervo de três milhões de músicas digitalizadas. Suas instalações são comparáveis às melhores bibliotecas internacionais, contrastando com as condições precárias do lugar. Sua sustentabilidade é um dos grandes desafios para os governos e para a população local.



Biblioteca Parque: sala do acervo e de leitura. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Centro de Referência da Juventude – CRJ. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

A Casa da Mulher é um espaço criado para servir de referência para as mulheres da comunidade com relação ao atendimento às necessidades nas áreas da saúde, direitos, educação, trabalho, e participação política, entre outras. A Casa será atendida pelo grupo Mulheres da Paz, que recebe formação para atuar junto aos moradores, inclusive como promotoras legais populares. Representa uma esperança para a melhoria das condições de vida no local, para assuntos que dizem respeito às mulheres, em particular os direitos civis, às várias formas de violência e saúde.

O Centro da Referência da Juventude (CRJ) é um projeto da Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude, patrocinado pela Petrobras. Inaugurado em 21 de dezembro de 2009, funciona dentro das instalações do Centro Cívico de Manguinhos construído pelo PAC, e tem a proposta de realizar atividades educativas, esportivas e culturais para 540 jovens da região.



Casa da Mulher. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

O futebol sempre foi uma atividade muito dinâmica em Manguinhos, que tem vários campos de futebol ao longo da rede de alta tensão, além das quadras polivalentes, nas comunidades mais novas. Entre os anos 1960 e 1990, campos e quadras eram muito mais frequentados por times e torcidas em campeonatos de favelas. Alguns times subsistem até hoje. Apesar dessa realidade tão dinâmica, o PAC limitou-se à reforma do campo de futebol soçaito do Parque João Goulart. Em compensação, construiu, nas áreas externas às comunidades – mais precisamente, na área do antigo Departamento de Suprimentos do Exército (1º Dsup), na avenida Dom Helder Câmara, 1.184 – o Parque Aquático, com duas piscinas (uma semi-olímpica e uma infantil) e o Ginásio Poliesportivo, e realizou a urbanização do entorno desses equipamentos.



Campo de futebol soçaito depois de reformado, no Parque João Goulart. Outubro, 2008. Acervo LTM.  
Foto Mariza Almeida.

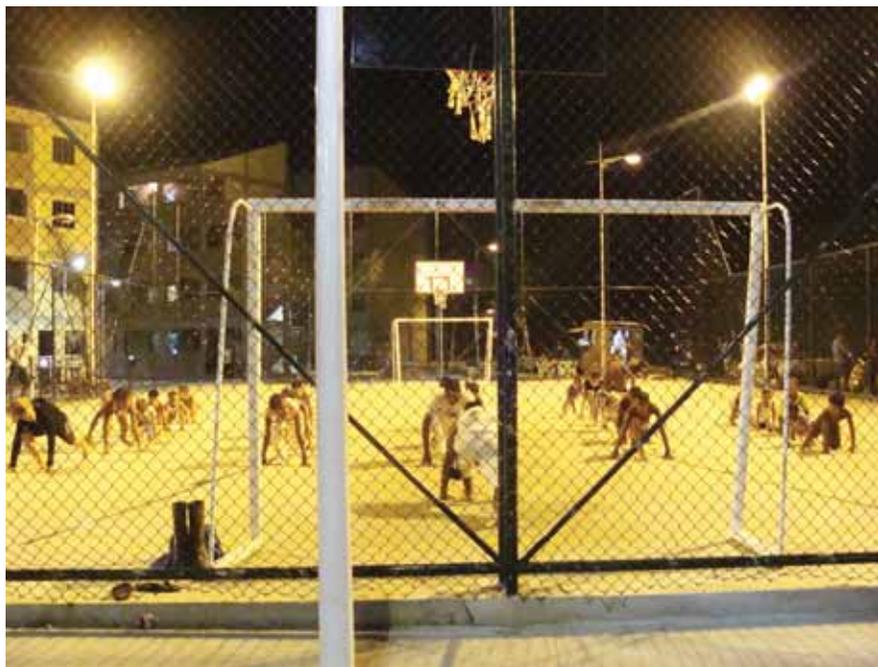
Os encontros no Centro Esportivo, todas as manhãs de sábados e domingos reunindo pessoas de todas as idades, têm trazido resultados positivos. Crianças que nunca haviam competido em judô foram premiadas, após um curto período de aulas, num torneio em um outro centro esportivo. Os adultos, na maioria mulheres da “melhor idade”, confidenciaram que antes das aulas só ficavam em casa, mas que agora fazem os exercícios propostos, na quadra e na piscina, e já procuram outras atividades que ocupem o restante da semana. Para a moradora Ilza Pereira, coordenadora do Centro Esportivo, a iniciativa “é muito gratificante, é o meu melhor retorno”.



Ginásio poliesportivo, vista da parte interna. Novembro, 2009. Acervo Ilza Pereira.



Parque aquático. Novembro, 2009. Acervo Ilza Pereira.



Quadra esportiva junto aos prédios do Dsup. Vista noturna da parte externa. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

Com relação ao lazer foram criados espaços públicos junto aos novos prédios construídos no antigo Dsup, praças com brinquedos, mesas e banquinhos, pistas para ciclismo e caminhada, além dos jardins.



Na praça, os espaços para encontros, brincadeiras de crianças, jogos, etc. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Fotos Consuelo Nascimento.





O Fervinho. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

Os novos espaços públicos incentivam as iniciativas dos moradores: surge o Fervinho!

“ ... o que é o “fervinho”? Sob a influência nordestina crescente na região há algumas décadas, as festas de rua – ora chamadas de baile, pagode ou forró – ganharam também o título de “fervo” (nordestinamente o termo lembra as festas popular embalada pelo frevo, cariocamente o termo lembra o estado da água em uma panela sendo aquecida – fervente). Os “predinhos”, tão novos em idade e imaturos para o agito do frevo-fervente não podiam suportar a volúpia de um fervo em sua magnitude. Porém, como uma criança precoce, os predinhos impuseram sua própria linguagem. Criaram o fervinho.

Consuelo Nascimento<sup>25</sup>”

<sup>25</sup> Moradora da Comunidade Nelson Mandela e membro do LTM.



Espaço Casa Viva, da Rede CCAP. Fevereiro, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

O Espaço Casa Viva, empreendimento social da Rede CCAP ([www.redeccap.org.br](http://www.redeccap.org.br)), vem, ao longo dos últimos anos, investindo na promoção e na formação cultural em Manguinhos. A iniciativa dedica particular atenção ao trabalho com crianças e jovens moradores, oferecendo oficinas de educação, arte e cultura.

A história associativa e cultural de Manguinhos não foi valorizada pelo PAC, que perdeu uma oportunidade única de reconstituir referenciais culturais importantes para os moradores, como a Escola de Samba e a igreja São Daniel, bem como os grupos de quadrilhas juninas, lugares símbolos da organização e das lutas históricas dos moradores.



Inauguração da Igreja São Daniel, em 2 de dezembro de 1960 com as presenças do presidente da República, Juscelino Kubitschek, e do governador do estado da Guanabara, José Sette Câmara<sup>26</sup>.

“ O Poder Público não faz muita coisa, quase nada... não faz nada pela igreja. Somos nós, comunidade.

Geralda da Paz<sup>27</sup> ”

<sup>26</sup> [http://fotolog.terra.com.br/carioca\\_da\\_gema:444](http://fotolog.terra.com.br/carioca_da_gema:444)

<sup>27</sup> Entrevista ao telejornal da Rede Brasil, dezembro de 2009.



Vista panorâmica da Igreja São Daniel. Janeiro, 2005. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.



Imagem do interior da Igreja São Daniel. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Anastácia dos Santos.



Escola de Samba Unidos de Manguinhos. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

“ Esta relação, que desconsidera nossas perspectivas de solidariedade, resistência e sociabilidade, leva a um processo autoritário de anomização de nossas identidades político-comunitárias!<sup>28</sup> ”



Escola de Samba Unidos de Manguinhos. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

<sup>28</sup> Dossiê-Manifesto sobre o PAC Manguinhos, do Fórum Social de Manguinhos, disponível em [http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie\\_manifesto\\_11meses\\_pacmang\\_vfinal\\_0.pdf](http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf)



Fila de inscrição para trabalhar nas obras do PAC. Maio, 2008. Acervo LTM. Foto Viviane Nonato.

## TRABALHO E RENDA

Uma das grandes expectativas da implementação do PAC estava relacionada à promessa de geração de emprego e renda para os moradores, acompanhada de propostas de capacitação profissional, voltada para as obras que se instalaram na região. Entretanto, o principal projeto de geração de trabalho e renda implementado através do PAC é aquele que oferece formação no campo da construção civil para mulheres.



Polícia dando segurança ao ônibus do Ministério do Trabalho. Julho, 2008. Acervo LTM. Foto Viviane Nonato.



Trabalhadores das obras de fechamento de pista da rua Leopoldo Bulhões. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Trabalhadores das obras de saneamento no CHP2. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Trabalhadores nas obras de calçamento na Vila Turismo. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Trabalhadores nas obras de saneamento e calçamento no Samora Machel. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Trabalhadoras e trabalhadores das obras de elevação da via férrea, 2008-2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Trabalhadoras do Canteiro Social no dia do lançamento do PAC em Manguinhos. Março, 2008. Acervo LTM. Foto Isabel Cristina Martins.



Trabalhador da Secretaria Municipal de Habitação na Vila Turismo. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Fiscal de trânsito na rua Leopoldo Bulhões, depois que a pista única foi duplicada. Novembro, 2008. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Trabalhadores da COMLURB na calçada da rua Leopoldo Bulhões. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

As imagens mostram trabalhadores em várias frentes, mas não temos informações de quantos moradores o PAC empregou e se estes são de fato moradores de Manguinhos, cumprindo assim os compromissos assumidos no lançamento do Programa. A única informação disponível é aquela que a placa revela.

Mas até quando Manguinhos será alvo de ações emergenciais? Até quando terá que recorrer ao empreendedorismo individual para gerar renda?

O governo estadual responde a esses questionamentos com a implantação do Centro de Formação – FAETEC, com o Centro de Geração de Renda e o Centro de Referência da Juventude – CRJ, espaços destinados à formação técnica em áreas de serviços para jovens e adultos.

“ Se o PAC tem como objetivo promover a cidadania plena dos moradores, e que todos possam concorrer igualmente no mercado formal, por que os cursos são tão básicos, de nível fundamental? Dessa forma, qual espaço o PAC espera que o cidadão de Manguinhos vá ocupar na sociedade?

Gleide Guimarães ”



Placa do governo do Estado anuncia 1.000 empregos. Dezembro, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Centro de Formação – FAETEC, na rua Leopoldo Bulhões. Maio, 2011. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Centro de Geração de Renda, vista da entrada. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.



Centro de Referência da Juventude. Fevereiro, 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

Suprir as necessidades de renda através do serviço autônomo e do mercado informal é uma prática histórica para os moradores. Há, em Manguinhos, uma rede de economia local composta, de um lado, pelo empreendimento improvisado e de caráter doméstico, alimentado pelos cabos de sustentação externos, isto é, pela renda daqueles moradores com empregos formais e direitos trabalhistas assegurados; de outro, pelas redes de trocas solidárias, nas quais a moeda de troca tanto pode ser dinheiro quanto a permuta de bens e serviços. Apesar dessa cultura histórica de empreendedorismo no território, não foram previstos espaços para instalação de comércio local.

“ Desde que a gente veio morar aqui, meu esposo sempre fala: bom é de frente, a casa é de frente é propícia porque é um lugar de passagem, então vamos fazer um comérciuzinho, coisa para o nosso futuro. A gente quer trabalhar com tudo... assim que as pessoas possam comprar aqui e não tenham que andar muito, lá fora, então tudo que tiver lá fora que eu possa implantar aqui. Para as pessoas poderem vir no comércio, se quer uma linha, quer coisa de material escolar tem tudo aí.

Selma Barbosa de Castro<sup>29</sup>”

<sup>29</sup> Moradora da Comunidade Parque João Goulart. Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: o futuro a Deus pertence?” (2009).

## A SAÚDE NO E DO TERRITÓRIO...

Sempre que falamos em saúde pensamos, imediatamente, em serviços que o setor saúde, nas três esferas de governo – municipal, estadual e federal –, mantém ou deveria manter para o atendimento das necessidades da população, ou seja, os postos de saúde, os ambulatórios, os hospitais, as farmácias etc. Esses, porém, são lugares que procuramos quando nossa saúde não está bem?! Mas o que promove a saúde e não nos deixa adoecer?

A saúde das pessoas – que deve compreender a saúde de seus ambientes de vida e trabalho, isto é, a saúde do território num sentido integrado e ecológico – é bem mais que isso:

“ (...) o que significa esse conceito de saúde, colocado quase como algo a ser atingido. Não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até, a informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas, que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar todo o tempo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não sejam os do povo, como aconteceu, infelizmente, na última década, América Latina.

(AROUCA, 1986:36)

## De que adoecem ou morrem os moradores de Manguinhos?<sup>30</sup>

Dizemos que em Manguinhos há uma tripla carga de doenças, isto é, uma soma de fatores que levam ao adoecimento e à morte dos moradores, e que os três fatores que compõe essa carga de doença e morte são os seguintes:

- a persistência de doenças infecciosas, agravos na infância e problemas de saúde reprodutiva, para as quais existem soluções técnicas e que não são implementadas pelos governos, como as doenças decorrentes da falta de saneamento básico (diarreias, tuberculose associada às más condições de moradia, à alimentação precária, entre outras);
- a forte predominância das doenças crônicas e de seus fatores de riscos, como tabagismo, sobrepeso, inatividade física, uso excessivo de álcool e outras drogas e alimentação inadequada; e
- o grande crescimento da violência e da morbimortalidade por causas externas, como as mortes por armas de fogo nos confrontos entre os aparatos de segurança oficiais e os marginais, pelo uso de drogas lícitas ou ilícitas, violência do-méstica etc.

<sup>30</sup> A redação deste subitem foi baseada em ENGSTROM, 2009 e ALVES, 2011.

A população de Manguinhos, referida aqui com relação às comunidades que formam o bairro, aumentou muito nos últimos 30 anos. Em 1980, eram 23.771 moradores em sete comunidades – Parque Carlos Chagas, Parque João Goulart, Vila Turismo, Democráticos 30, Amorim, Perereca, Vila União e Ex-Combatentes, que compunham a população adstrita ao CSEGSF (GASPAR, 1981). Atualmente, são aproximadamente 35 mil habitantes distribuídos em 15 comunidades – Parque Oswaldo Cruz [Amorim], Parque Carlos Chagas [Varginha], Parque João Goulart, Samora Machel, Nelson Mandela, Mandela de Pedra, Vila Turismo, CHP2, Embratel, Embratel II, Vila União, Ex-Combatentes, CCPL, Comunidade Agrícola e Vila São Pedro. Nos últimos 10 anos houve um crescimento populacional de 21%.

São aproximadamente 12.000 moradias, dentre as quais 30% em áreas irregulares, provisórias ou de risco, com 3,7 habitantes/moradia. Em 2000, a maioria da população era do sexo feminino (52%). Cerca de 64,7% da população encontram-se na faixa etária entre 15 e 64 anos. O Índice de Envelhecimento passou de 11,9 em 1991 para 13,6 em 2000, sugerindo um envelhecimento da população de Manguinhos.

Os dados apontam uma queda na Taxa Bruta de Mortalidade entre 2000 a 2006. Essa queda foi maior entre as pessoas do sexo masculino. Em 2000, a Taxa de Mortalidade Infantil era de 39,4/1.000 para os homens e de 12,5/1.000 para as mulheres. As principais causas de mortalidade em Manguinhos são as doenças cardiovasculares e causas externas (22,3%), seguidas das neoplasias (17,5%). Quando desagregamos por sexo, observa-se que 29,7% dos homens morrem por causas externas, seguido de doenças cardiovasculares (19,8%). Entre

as mulheres, 26,2% morrem por doenças cardiovasculares, seguido das neoplasias (20,0%).

A população adulta sofre de doenças infecciosas e contagiosas, de câncer, do coração, pneumonia, entre outras. Em 2006, as doenças cardiovasculares continuavam sendo a principal causa de mortalidade entre a população de Manguinhos, observando-se um aumento mais acentuado entre os homens. Registrou-se, igualmente, uma elevação de óbitos por neoplasias (câncer) na população total, sendo esta mais expressiva, uma vez mais, na população masculina. Nesse sentido, Manguinhos padece das denominadas doenças da modernidade, problemas de saúde presentes no conjunto da cidade.

As causas ditas externas são as que mais matam os homens de Manguinhos, em que se destacam as diferentes formas de violências. Em 2000, elas foram a causa de morte de 31,9% dos casos, tendo diminuído para 22,4% em 2006. Enquanto houve, nesse mesmo período, um aumento do número de mulheres vitimadas. Se, em 2000, as causas externas responderam por 7,1% das mulheres que morreram naquele ano em Manguinhos, em 2006 o percentual foi de 8,7%, vindo a constituir então a terceira principal causa de morte para as mulheres, ficando atrás apenas das doenças do coração e do câncer.

O envelhecimento da população pode ser entendido como um resultado da queda da taxa da fecundidade. Entretanto, vale destacar que o processo de envelhecimento em Manguinhos ocorre ainda de maneira bastante insidiosa. Em 2000, a Taxa Bruta de Natalidade era de 16 crianças para cada 1.000 habitantes e, em 2006, de 14 crianças para cada 1.000 habitantes. A Taxa Ajustada de Fecundidade passou de 2,1 para 1,9 filhos por mulher, mostrando um decréscimo de 9,5% entre o período de 2000 a 2006.

Embora esses números não nos informem sobre a associação entre as causas das doenças, das mortes prematuras das crianças, de jovens e adultos, de um lado, e de outro, os determinantes sociais, os dados do Censo Domiciliar do Estado podem nos dar pistas para alguns deles. Por exemplo, o abastecimento de água interno atinge apenas 26% das moradias, apenas 29,4% dos domicílios possuem vaso sanitário dentro de casa; a rede de esgoto cobre só 68% do que é necessário, a renda de 1/3 da população é inferior a R\$ 800,00, 21% não têm renda alguma e 10% podem contar com o auxílio do Bolsa Família. A precariedade também é observada na pavimentação das ruas, na iluminação pública e na rede elétrica oficial. Essas condições desfavoráveis estão diretamente relacionadas a muitas das doenças de crianças e adultos.

Outras causas podem explicar o agravamento das doenças, bem como as mortes prematuras e evitáveis de crianças e de jovens, entre as quais a falta de creches, escolas, trabalho/emprego, a desinformação, o saneamento básico inadequado, a poluição atmosférica. No entanto, a mais dramática de todas é a violência física, tanto a praticada pelos agentes do Estado quanto pelos marginais. Muitas doenças cardiorrespiratórias, aparentemente de causa não identificada, têm como origem o estresse da falta de emprego, da vivência cotidiana de violências, entre outras.

Muitas dessas doenças e mortes poderiam ter sido evitadas por intervenção do SUS através de uma adequada atenção ao pré-natal e no parto, por adequado diagnóstico e tratamento, e ações de prevenção visando evitar que a população fique exposta a fatores de risco. Na verdade, essa situação de doença e morte poderia ser enfrentada de forma efetiva com uma política de Promoção da Saúde intersetorial e participativa, que buscasse resolver os problemas estruturais que afetam a saúde, tais como saneamento básico, moradia adequada, educação, trabalho e renda, controle da poluição atmosférica e de rios e canais, que são os reais determinantes sociais da saúde.



*O bairro de Manguinhos, o lugar que falamos, é marcado por inúmeros problemas sócio-ambientais e sanitários, inclusive a violência que influencia o fluxo de pessoas, conhecimentos e a capacidade de organização da população local. Tantos problemas nos levam com frequência a refletir sobre as impossibilidades do trabalho transformador, concretamente presente na vulnerabilidade dos moradores, que por vezes compartilhamos com tristeza e sentimento de impotência. A vulnerabilidade sócio-ambiental se concretiza no subemprego e no desemprego, na violência que oprime e mata, na alta carga de poluição das águas e destruição do mangue, na falta de acesso às escolas, entre tantas outras*

(PORTO & PIVETTA, 2009:221-222)





Condições sócio-ambientais que impactam as condições de saúde:  
a falta d'água, rios poluídos, o lixo, moradias precárias, entre outras.

Acervo LTM, 2009. Fotos Mariza Almeida.







Encontro de Popular de Saúde da AP 3.1, em 1986, no CSEGSF. Acervo Gleide Guimarães.

### Os Serviços de Atenção à Saúde no Território de Manguinhos

A única unidade de atenção básica de saúde existente no território até o PAC, em 2009, era o Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias – CSEGSF, da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz. O CSEGSF desenvolve suas atividades, desde sua criação, em 1966, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação da Área Programática 3.1 (CAP 3.1).

Em janeiro de 2010, a ENSP passa a ser responsável pela operacionalização, apoio e execução de atividades e serviços de saúde da família no âmbito do TEIAS Manguinhos [Território Integrado de Atenção à Saúde], no convênio entre a Organização Social Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – FIOTEC da Fiocruz e a Secretária Municipal de Saúde e Defesa Civil – SMSDC.

O objetivo do TEIAS Escola é

“desenvolver no bairro de Manguinhos um território integrado de saúde como espaço de inovação das práticas do cuidado, do ensino e de geração de conhecimento científico e tecnológico, que se traduza em melhorias da condição atual de saúde e vida da população adstrita, através da cooperação entre a ENSP/Fiocruz e o governo do município do Rio de Janeiro

(GUTIÉRREZ, ENGSTROM & CAMPOS, 2011:s/n)

Antes do PAC – isto é, até março de 2010 –, havia oito equipes de Saúde da Família, atendendo a aproximadamente 57% da população do território, sob responsabilidade do CSEGSF. Na ocasião, o CSEGSF era o único equipamento de saúde e porta de entrada da população de Manguinhos ao Sistema Único de Saúde, com cobertura parcial da Estratégia de Saúde da Família – ESF. A ampliação dos serviços de saúde



Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias, da ENSP/FIOCRUZ. Abril, 2011. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

“ (...) foi alvo de pactuação local no PAC. Na área da saúde, o PAC Manguinhos propõe uma atuação com cobertura ambulatorial de 03 Consultas Médicas/Habitante/Ano,...Para que possa ser atingida tal meta, foi pactuado em 2007, a ampliação da cobertura da estratégia de Saúde da Família, com coordenação CSEGSF/ENSP e SMS/RJ e a construção de outros equipamentos de saúde na área, como uma unidade de pronto-atendimento (UPA), módulos de saúde da família e Centro de Atenção Psicossocial.<sup>31</sup>

<sup>31</sup> Termo de Referência “Território Integrado de Atenção à Saúde-Escola Manguinhos” para a estruturação do TEIAS Escola Manguinhos, julho, 2009 (impresso).

O PAC constrói duas unidades novas de saúde: a UPA e a Clínica da Família Victor Valla. A Unidade de Pronto Atendimento – UPA Manguinhos começou a funcionar em 29 de maio de 2009, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil – SESDEC. Segundo Daniel Soranz, subsecretário de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde,

“ A UPA é uma parte fundamental de um sistema integrado de saúde. *Determinadas patologias acontecem em momentos, que nem sempre são momentos em que a unidade básica de saúde está aberta. Agora, uma unidade de urgência e emergência que não funcione integrada ao sistema de atenção básica, que tenha alguns princípios claros como: coordenação do cuidado, longitudinalidade da atenção, porta de entrada única, e territorialização, tende ao fracasso.*<sup>32</sup> ”

<sup>32</sup> Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança” (2009).



UPA Manguinhos. Maio, 2011. Acervo LTM. Foto Fabiana Melo Sousa.

A UPA resolve em parte os problemas de atenção à saúde. De acordo com o diretor do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Jorge Darze,

“

*Nós não estamos colocando o dedo na ferida na crise do sistema, tanto isso é verdade que continuamos a conviver com ambiente de calamidade e a UPA que tem inclusive possibilidade de internar esse paciente que deveria ter internação de curta duração, muitos casos nas UPAs são casos que ficam um tempo maior exatamente porque não tem porta de saída pra esse paciente.*<sup>33</sup>

”

Isto é, o território não dispõe de outras unidades de atenção secundária, ambulatórios especializados ou hospitais, para onde os pacientes possam ser encaminhados pelas Clínicas da Família, pelo CSGSF ou pela UPA para complementação do tratamento, impedindo que seja cumprido o princípio da integralidade da atenção à saúde, direito conquistado e inscrito na Constituição brasileira.

Em abril de 2010, foi inaugurada a Clínica de Família Victor Valla (CFVV) com a implantação inicial de cinco ESF: três equipes novas (Vila União, Ex-Combatentes e Dsup) e mais duas equipes do PSF Manguinhos (Mandela de Pedra e Samora Machel, que foram transferidas para lá). No início de setembro, procedeu-se a uma nova organização do território do TEIAS-Escola Manguinhos, com o remanejamento de algumas equipes e a implantação de uma nova, na comunidade de Embratel. Com isso, o Teias-Escola Manguinhos passou a oferecer cobertura de 100% do território, com exceção da comunidade de CCPL, que deverá ser realocada.

<sup>33</sup> Depoimento para o documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança” (2009).



Clínica da Família Victor Valla, na avenida Dom Hélder Câmara. Abril, 2010. Acervo Clínica Victor Valla.



O processo de intervenção do PAC gerou, e continua gerando, uma mobilidade bastante significativa da população dentro do território, o que acarreta consequências importantes na definição de adscrição das micro-áreas até então trabalhadas pelas equipes. A necessidade de redefinição do território vem tendo implicações concretas na estruturação dos serviços e na qualidade do atendimento à população, seja na perda das antigas referências de lugar de atendimento e dos profissionais que as atendiam, seja no aumento das distâncias entre suas casas e o novo local de consulta. Essas mudanças esgarçam, muitas vezes, a confiança, trazendo novos custos com passagens, entre outras questões que impactam o estado de saúde das pessoas. A expectativa é que esses problemas sejam apenas temporários, decorrentes do processo de reestruturação devido à ampliação dos serviços.

Sempre que os governos decidem investir recursos na saúde acabam se restringindo a construir postos, hospitais e a contratar profissionais para atender as pessoas depois que elas já estão doentes. A Unidade de Pronto Atendimento é um exemplo disso. Não que ela não seja importante e necessária, mas sozinha não resolve os problemas que são as causas do adoecimento e da morte precoce desta população. Embora o PAC tenha investido também em moradias, saneamento básico e educação, entre outros, essas intervenções são insuficientes e incompletas. Não fecham o ciclo perverso do adoecimento-morte por causas evitáveis, isto é, não alteram significativamente os fatores que promovem a saúde, isto é, os determinantes sociais da saúde, entre os quais as condições de trabalho-renda, os níveis de educação e o saneamento básico. Acima de tudo, o PAC não foi capaz de promover o direito fundamental e essencial do morador de participar da definição do seu futuro, dificultando ou ignorando as demandas dos moradores e movimentos sociais locais organizados.

## A Promoção da Saúde no e do Território

Sabemos que a saúde de um território, das pessoas e dos lugares onde vivem e trabalham não tem a ver apenas com a oferta de serviços médicos ou com a ausência de doenças, e que as condições mais gerais de vida é que determinam como e o quanto as pessoas e as populações vivem, adoecem e morrem. Então, ao olharmos a saúde de Manguinhos, é preciso ver os problemas sociais e ambientais que exigem soluções integradas e intersetoriais, com a participação da sociedade. Afinal,

“ [a] saúde do território é uma expressão que nos coloca o desafio de pensar se o bairro, a cidade e o país onde moramos, é um lugar saudável para se viver, se nos dá condições para morar numa casa confortável, estudar em uma escola de qualidade, ir ao trabalho, à biblioteca, ao cinema, ao teatro, e outros lugares, que queiramos ir, com transporte adequado. Que nossas ruas e praças sejam cuidadas. Que tenhamos espaços de lazer disponíveis. Que tenhamos espaços de encontros para as atividades coletivas. Que tenhamos postos de saúde, hospitais e outros serviços que cuidem quando ficamos doentes. Que tenhamos água, luz, saneamento básico, coleta de lixo, telefone, e outros bens públicos em todas as moradias. Que nossos espaços públicos sejam livres de violência.<sup>34</sup> ”

<sup>34</sup> <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/?q=node/94>

## São históricos os problemas ... os moradores sabem



O lixo: Parque João Goulart nos anos 1980. Ao fundo a Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Matida.



O lixo: Parque João Goulart. Ao fundo a Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Moradias em beira de rios poluídos – João Goulart, nos anos 1980.  
Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Matida.



Moradias em beira de rios poluídos – Varginha, antiga Ilha das Cobras, nos anos 1980.  
Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Marida.



Moradias em beira de rios poluídos. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Moradias em beira de rios poluídos – Varginha. Setembro, 2008. Acervo LTM. Foto Marcelo Firpo.



Saneamento e esgoto: Varginha nos anos 1980. Acervo Álvaro Matida.  
Foto Álvaro Matida.



Saneamento e esgoto: Nelson Mandela, às margens do Canal do Cunha. Setembro, 2008.  
Acervo CCI-ENSP. Foto Virgínia Damas.



O risco do amianto que entrou em recirculação e reaproveitamento. Julho, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Condições de risco com curtos circuitos/incêndio na Comunidade João Goulart. 2005. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.



Áreas e condições de risco com alta tensão na Comunidade João Goulart. 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

O PAC introduz mais problemas... os moradores sabem

“...o processo de construção tem que estar acompanhado da limpeza, da retirada de entulho, do cuidado com as poças d'água, por que está tendo muita poça d'água por causa da obra, então o que é que o PAC tem que ter? O PAC tem que ter cuidado, respeito e responsabilidade.

Else Gribel<sup>35</sup>



Poeira das obras. Agosto, 2008. Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.



Falta de água. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

<sup>35</sup> Depoimento de Else Gribel, chefe do Centro de Saúde Escola Germano Silval Faria/Fiocruz, para o documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfianças, esperança” (2009).



Entulho das obras misturado ao lixo. Abril e julho, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Divisão de uma das vias da Leopoldo Bulhões e seus riscos e transtornos à circulação de pessoas. Novembro, 2008. Acervo LTM. Fotos Gleide Guimarães.

Buracos de obras, máquinas e tapumes dificultam a circulação e o acesso de moradores às suas casas. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida, 2008 e 2010.



O aumento das condições de risco pela exposição ao amianto. Julho, 2009. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Execução de obras sem segurança ou proteção para os moradores e os trabalhadores do PAC. Agosto, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Execução de obras sem segurança ou proteção para os moradores e os trabalhadores do PAC. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

Os de sempre... continuarão ... os moradores sabem



Becos onde carros de bombeiros não entram nas comunidades Samora Machel e CHP2. Abril, 2009. Dezembro, 2008. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.



Incêndio na Comunidade Mandela de Pedra. Julho, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



2005



2007



2009

Adutora da CEDAE: em 1986 um "simples furo" resultou numa coluna d'água de 15m, que arrastou casas, postes etc. Acervo LTM, 2005, 2007 e 2009.



A linha de alta tensão atravessa as comunidades de Vila Turismo, CHP2, João Goulart, Ex-Combatentes e Vila União. Outubro, 2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



Moradias precárias. 2005-2008. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



2003



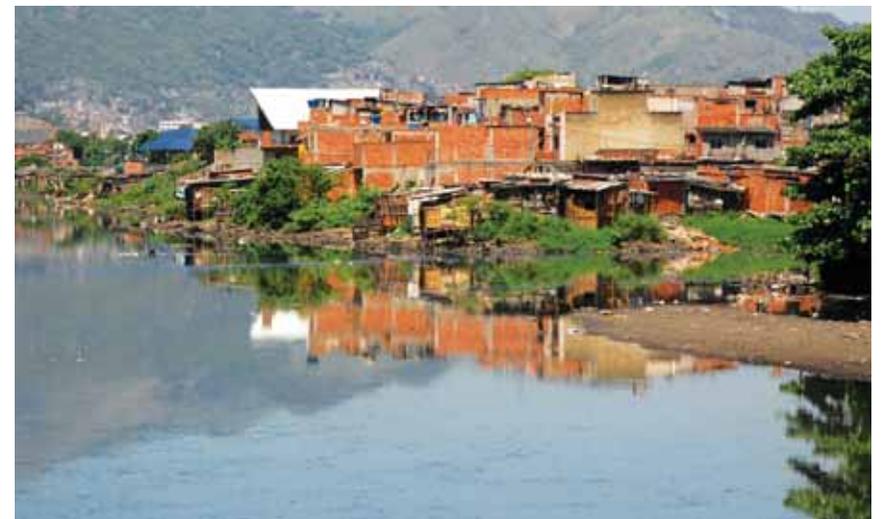
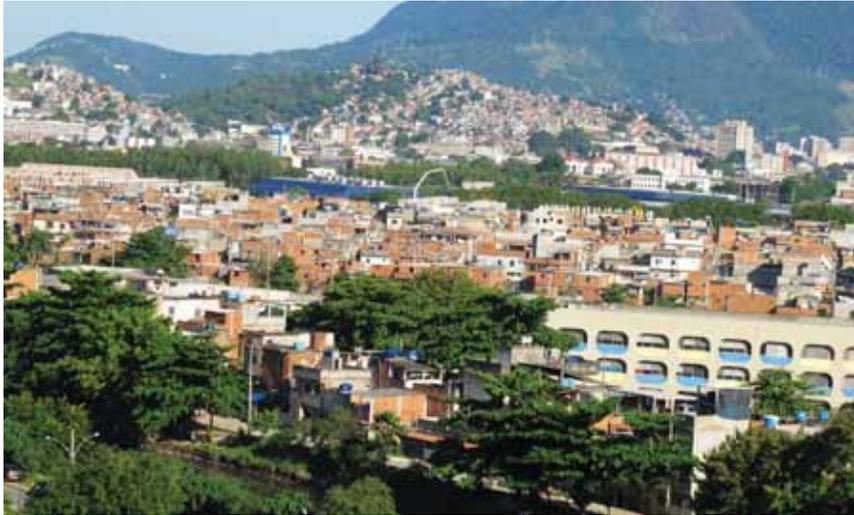
2009

Lixo e rios poluídos. 2003-2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.



A violência dos aparatos de segurança do Estado. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

E as enchentes continuam... os moradores sabem



Enchentes e algumas de suas origens. 2010. Acervo LTM. Fotos Mariza Almeida.

Manguinhos foi construída em área originalmente de manguezal e que depois foi aterrada, o que agrava o problema das enchentes. Atualmente as áreas que mais inundam são o CHP2 e João Goulart. Por que isso acontece? Todos os moradores sabem a resposta!

“*Passei a noite toda trazendo o pessoal do primeiro andar pra cá pra casa [terceiro andar]. Aí teve uma hora que fui ao banheiro, quando olhei o vaso já estava na metade de água.*”

Djeane Santos Amaro<sup>36</sup>



Casa nova, velho risco: as enchentes e seus efeitos nos prédios novos do PAC. Abril, 2010. Acervo LTM. Fotos Consuelo Nascimento.

<sup>36</sup> Moradora do edifício Dona Zica – conjunto do PAC, abril 2010.



Área externa dos prédios novos do PAC, na avenida Dom Hélder Câmara, na enchente de abril de 2010. Acervo LTM. Foto Consuelo Nascimento.

“

*Por toda parte haviam móveis amontoados, pessoas lavando as casas. Nem os “predinhos” escaparam. Os moradores dos primeiros andares mostravam as marcas do limite da água dentro dos apartamentos, nas varandas alguns fizeram barreiras com sacos de areia, os vizinhos dos andares superiores também sofreram com a chuva que entrou pelas varandas, portas e janelas, mesmo assim socorreram os do primeiro andar abrigando e ajudando a salvar móveis e pertences.*

Consuelo Nascimento

”



“  
...até agora eu não tô vendo  
aquela mudança que a gente  
quer. Porque o que o povo espera  
mesmo é que tudo venha se  
normalizar. Venha c’um asfalto  
bonito, tudo direitinho, assim  
como eles mostraram na maquete,  
aquelas árvores, é... recreação  
pras crianças (...) É tudo que a  
gente sonha e espera.  
”  
Selma Barbosa de Castro

Enchentes e o pós-PAC. Abril, 2010.  
Acervo LTM. Foto Gleide Guimarães.

# INTERROGANDO

*o futuro*



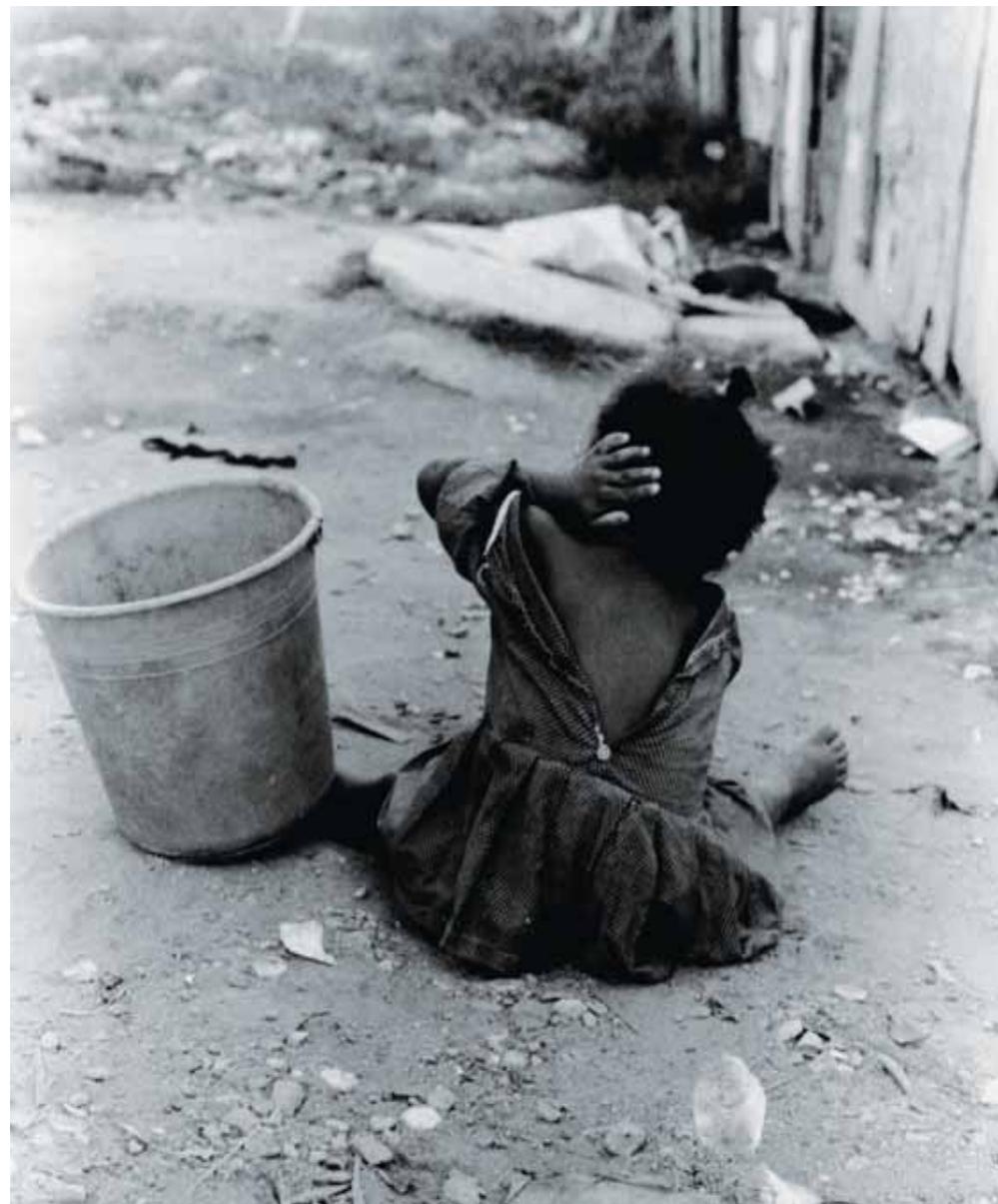
Ao final desse percurso nos interrogamos: Manguinhos mudou com o PAC? Mudou sim! Um primeiro efeito foi ter colocado Manguinhos na agenda positiva da cidade. Deixou de ser apenas a Faixa de Gaza na voz da mídia.

Poderia ter sido melhor? Temos certeza que sim.

Sabemos que a construção de casas, escolas, unidades de saúde, creches, quadras esportivas, vias, etc., por si só não é suficiente para afirmarmos que houve mudanças na qualidade da vida no território. Não faz de Manguinhos um espaço verdadeiramente integrado social e culturalmente à Cidade, que, para ser Maravilhosa precisa também ser, além de bela e sustentável, justa e democrática. As violências – tanto as oficiais praticadas pelas instituições e agentes policiais, como as marginais praticadas por grupos como narcotraficantes e milicianos – continuam a ser um dos grandes desafios e uma interrogação para o futuro.

O PAC não trouxe nenhuma mudança substantiva nos modos de se fazer política na cidade. Não foram superados o clientelismo eleitoral e as práticas de cooptação por grupos políticos, nem os interesses republicanos e coletivos passaram a preponderar sobre os interesses individuais, sejam dos governantes, das lideranças locais ou de outros interessados.

O que fazer? Se, como diz o pesquisador e ecologista espanhol Joan Martinez Alier, “o verdadeiro poder é aquele capaz de impor o método”, a mobilização da sociedade para uma gestão democrática do território é o caminho para conquistar métodos e processos decisórios que sejam verdadeiramente participativos. Saímos do ponto em que estávamos, mas, para nos aproximarmos mais do ideal, serão necessários a mobilização e o amadurecimento da sociedade carioca e, principalmente, dos movimentos sociais locais.



Varginha, anos 1980. Acervo Álvaro Matida. Foto Álvaro Matida.

Ainda assim, a despeito das muitas críticas e desconfianças, o PAC traz novas esperanças para Manguinhos.

Ainda que uma política pública fragmentada, que não articula os projetos das esferas municipal, estadual e federal de governo, e ainda que não seja concebido na perspectiva da intersetorialidade, ou seja, integrando vários setores de governos que continuam a atuar de forma desconectada, o PAC reúne um conjunto de ações que busca olhar para um dado território de forma mais ampla, com uma visão menos segmentada em relação aos projetos até agora implementados sempre precariamente. Ainda que com vários limites, o PAC busca enfrentar os determinantes sociais da saúde investindo na construção de equipamentos sociais nas áreas da educação, da cultura, do esporte, do lazer e outras de infra-estrutura, que contribuem para a Promoção da Saúde e a justiça social e ambiental.

As vulnerabilidades socioambientais desse território continuam exigindo que os dois pilares da Promoção da Saúde – a intersetorialidade e a participação comunitária – tomem finalmente o devido lugar na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, pois o Estado Social, entendido como o Estado de Bem-Estar e de Providência, tem o papel de fiador da solidariedade, constituindo “o vínculo que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente da sua organização” (CASTEL, 1998: 35).

Essa legitimação coloca-nos como tarefa enfrentar algumas dimensões da injustiça social – a injustiça sócio-econômica, a injustiça cultural e simbólica, a injustiça da distribuição do poder –, às quais devemos contrapor, respectivamente, o

princípio da redistribuição, o princípio do reconhecimento e o princípio da participação (FLEURY, 2005). Temos de enfrentar também a injustiça ambiental, que combina as injustiças anteriores com a concentração dos riscos e cargas ambientais do modelo de desenvolvimento nos ombros das populações mais discriminadas, excluídas e exploradas, que muitas vezes moram, circulam e trabalham nos locais mais perigosos e insalubres (PORTO, 2007).

Para enfrentarmos as injustiças e promovermos simultaneamente a saúde e a democracia, precisamos constituir processos que permitam ampliar os “círculos de inclusão”, identificando nichos de confiança disponíveis na sociedade que permitam ampliar os circuitos de troca voltados para a estruturação de um capital social mais amplo e horizontalizado, que sustente a participação das pessoas em coletivos construtores de patamares mais elevados de solidariedade e de cidadania.

Morar em Manguinhos nas condições atuais de violências e carências de infra-estrutura é consequência tanto de necessidades como de impossibilidades. Necessidade de estar próximo ao trabalho e de certos equipamentos sociais; impossibilidades resultantes de imposições históricas e políticas públicas de uma sociedade desigual e injusta. Por isso, morar em Manguinhos não representa bem o desejo das pessoas. De todo modo, porém, muitos construíram aqui suas vidas afetivas e sociais, e mais que a simples mudança de trajetórias individuais, muitos gostariam que a mudança fosse de todo o território, de e para todas as pessoas.

Algumas promessas foram cumpridas, mas muitas desconfianças permanecem. A esperança vem de nós mesmos, dos moradores, dos coletivos e dos movimentos sociais, do comprometimento de algumas instituições que ainda insistem em se mobilizar em torno de uma maior participação nas políticas públicas locais, como é o caso do setor saúde na luta pela constituição do Conselho Gestor Intersetorial do Teias-Escola Manguinhos que seja democrático e transparente.

As coisas foram acontecendo. Esperançosos, fomos de volta para o futuro, no desejo e na luta dos moradores pela transformação, que toma vida e coloca no presente suas interrogações. Esperamos que este relato toque corpos, corações e almas dos interessados no futuro deste bairro, que faz parte da cidade, do país e do planeta, contribuindo para que as imagens de um futuro digno façam parte das fotografias do amanhã, em Manguinhos ou em qualquer outro lugar da Terra.



Nova Mandela [Embratel II]. Abril, 2009. Acervo LTM. Foto Mariza Almeida.

- ALVES, Luciana Correia. Perfil Demográfico e Epidemiológico do Complexo de Manguinhos, Rio de Janeiro (RJ). Relatório Final do Programa Pesquisador Visitante-Fiocruz, 2011.
- AROUCA, Antônio Sérgio. Democracia é Saúde. In: *Anais. 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde/ Câmara dos Deputados, 1986:36.
- BODSTEIN, Regina; ZANCAN, Lenira; RAMOS, Célia Leitão & MARCONDES, Willer B. Avaliação da Implantação do Programa DLIS em Manguinhos. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 593-604.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e Fotografia. *Cadernos de Antropologia e Imagem* – UERJ, ano 2 [3]: 11-28, 1996.
- ENGSTROM, Elyne Montenegro. TEIAS – Escola Manguinhos 1º seminário. Apresentação, em 09/12/2009. ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Tânia Maria & COSTA, Renato Gama-Rosa. *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- FLEURY, Sônia. Conferência de abertura do Congresso de Ciências Sociais em Saúde, Florianópolis. Anotações pessoais, 2005.
- GASPAR, Eneida Duarte. Estudo de Morbidade e Utilização de Serviços de Saúde pela População Favelada da X Região Administrativa, Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa, maio 1981 da ENSP/FIOCRUZ.
- GUTIÉRREZ, Adriana Coser; ENGSTROM, Elyne; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa Território Integrado de Atenção à Saúde: a experiência do TEIAS Escola Manguinhos como um novo modelo de atenção e gestão na garantia do direito a saúde. *Revista Saúde e Direitos Humanos*. FIOCRUZ. Editora Ministério da Saúde. 2011:s/n [no prelo].
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MADUREIRA, José Leonídio; SILVA, Mayalu Matos; DIAS, Alexandre Pessoa; SOARES, Fernando Luís Monteiro; OLIVEIRA, Michelle; EVANGELISTA, Patrícia & EICH, Milena. A Construção de Redes Sociais de Manguinhos Frente ao Desafio da Desterritorialização das Políticas Públicas. In: *VI Encontro Internacional Fórum Paulo Freire, Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica - PUC, 16 a 20 de setembro de 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2002
- MINKLER, Meredith & WALLERSTEIN, Nina (eds.). *Community – Based Participatory Research for Health*. San Francisco: Jossey-Bass, 2003.
- PIVETTA, Fátima & PORTO, Marcelo Firpo. PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança. *Boletim CESTEJH*. Ano 5, nº. 2, maio 2008:5
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *Uma ecologia política de riscos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza & PIVETTA, Fátima. Por uma Promoção da Saúde Emancipatória em Territórios Urbanos Vulneráveis In: CZERESNIA, Dina & FREITAS, Carlos Machado de (orgs.). *Promoção da saúde, conceitos, reflexões, tendências*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

SILVA, Heitor Ney Mathias. *As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa ação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TRAVASSOS, Sonia Duarte. Fotografia e construção etnográfica. *Cadernos de Antropologia e Imagem* – UERJ, ano 2 [3]: 99-106, 1996.

TRINDADE, Cláudia T. O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – Infra-estrutura/Urbanização de Favelas. Fortaleza: Associação Nacional de História-ANPUH, 2009.

O lugar que chamamos de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro tem uma história de mais de 100 anos e tem sido objeto de muitos estudos. No entanto, as políticas públicas não ofereceram até hoje ações efetivas de garantia de direitos das pessoas que aqui vivem e trabalham.

O acompanhamento do PAC é um dos temas que o Laboratório Territorial de Manguinhos da FIOCRUZ está priorizando desde meados de 2007. O registro fotográfico das obras e dos processos de interlocução entre os atores do Programa teve por objetivo compreender os efeitos diretos e indiretos, positivos e negativos sobre as vulnerabilidades socioambientais que condicionam a qualidade de vida da população que vive neste território.

O que se viu, em quase dois anos do Programa, foi a execução e a inauguração de obras necessárias – como as habitações, a escola, a biblioteca –, mas que não levaram em conta, de forma clara e inequívoca, as opiniões e prioridades enunciadas historicamente pelos moradores e reafirmadas pelo Fórum de Manguinhos. Pudemos registrar ainda as péssimas condições em que as obras foram executadas – a poeira, o lixo, a falta d'água, a recorrência das enchentes, o aumento dos vetores de doenças – e, principalmente, questionar os impactos do aumento das incertezas e da desconfiança quanto ao futuro próximo.

As impossibilidades, oficiais e marginais, que se reproduziram no decorrer do processo de acompanhamento do PAC – expressas tanto nos constrangimentos de transitar livremente e de registrar lugares e situações, assim como na incerteza dos dados sobre o que, o quanto e quando as obras seriam realizadas – limitaram nossa capacidade de análise e de participação nos rumos tomados pelo Programa.

Construímos, assim, outra forma de acompanhamento de uma política pública. Não avaliamos a adequação entre seus objetivos e os resultados alcançados, nem sua eficácia ou sua eficiência. Procuramos construir um instrumento de reflexão sobre um processo complexo e inacabado, através da ordenação de imagens e ideias, geradas pelos diversos atores e pesquisadores durante os acontecimentos.

As imagens e depoimentos revelam o potencial de participação qualificada dos moradores e lideranças locais para enfrentar e inibir as velhas práticas autoritárias e clientelistas de utilização dos recursos públicos em áreas de exclusão. A presença de um Fórum de lideranças e de atores institucionais reforça a importância de considerar a história destes territórios, seus processos de ocupação e o capital cultural e social para a construção de políticas públicas.

Dizemos, provisoriamente, que o PAC ainda não foi suficientemente efetivo frente às impossibilidades históricas vivenciadas nas relações entre os atores locais e os agentes das políticas públicas, assim como nas relações entre poderes oficiais e poderes marginais, relações que impõem um constrangimento severo aos movimentos de conquista de direitos de plena cidadania.



Ministério da  
Saúde

